



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Ações de capacitação e desenvolvimento	Ações que contribuem para a atualização profissional e o aperfeiçoamento dos servidores em alinhamento aos objetivos institucionais do PJERJ.
Ação Corretiva (AC)	Ação para eliminar a causa de uma não conformidade identificada ou outra situação indesejável.
Ação Preventiva (AP)	Ação para eliminar a causa) de uma potencial não conformidade ou outra situação potencialmente indesejável.
Access	Ferramenta do Microsoft Office para criação de banco de dados.
Acessibilidade	Condição para utilização de forma confortável, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, artefatos e produtos, mobiliários e equipamentos, edificações e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, concebidos de forma que atendam simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais.
Acórdão	Decisão tomada por colegiado, que consolida o resultado verbal de julgamento anunciado pelo Presidente do Órgão Julgador, após colher os votos de seus integrantes.
Adesão à Ata de Registro de Preços	Utilização de certame licitatório do qual o aderente não tenha participado, observados os procedimentos legais.
Adiantamento	Entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho, para realização de despesas que não possam ser submetidas ao processo normal de aplicação.
Adicional da Lei 3217/99	Acréscimo de 20%, de que tratam os artigos 19 e 20 da Lei nº 713/83, com a redação que lhes foi dada pela Lei nº 723/84, devido sobre todos os atos extrajudiciais praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).
Aditar	Alterar, mediante termo, o contrato.
Adjudicar	Ato de atribuir o objeto ao proponente vencedor da licitação ou ao portador da proposta que atenda à necessidade da Administração, na hipótese de contratação direta.
Administração Superior	Pessoa ou grupo de pessoas que dirige e controla uma organização no mais alto nível.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 1 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Afastamento	Período durante o qual agente público não exercita suas funções, em razão de férias ou de licença.
Agente Administrativo de Contrato	Servidor da Diretoria-Geral de Logística (DGLOG) ou da Diretoria-Geral de Engenharia (DGENG), conforme o contrato tenha por objeto serviço ou obra, que atua na fase de execução para conferir as informações referentes ao cumprimento das obrigações contratadas, para fins de pagamento.
Agente de Capacitação	Representante da ESAJ nos NUR, que atua como elemento de ligação técnica entre a ESAJ, os NUR e as serventias atendidas, nos assuntos relacionados às ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores.
Agente de integração	Entidade de caráter educativo, cultural, técnico-científico ou de assistência social, que operacionaliza a contratação de estagiários e proporciona a ligação entre as Instituições de Ensino e o PJERJ.
Agente de Portaria	Pessoa formalmente designada para executar e fiscalizar os procedimentos de acesso às instalações do PJERJ.
Agente Patrimonial Delegado	Servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão do Quadro Único de Pessoal do PJERJ, ou servidor de outro órgão à disposição do PJERJ, indicado pelo Agente Patrimonial Nato, preferencialmente entre os servidores lotados na respectiva unidade, como responsável imediato pelos bens permanentes da unidade patrimonial de sua lotação (Resolução TJ/OE/RJ 24/2012 de 30/07/2012).
Agente Patrimonial Nato	Titular de Unidade Patrimonial com responsabilidade direta sobre os bens localizados na unidade. (Resolução TJ/OE/RJ 24/2012 de 30/07/2012).
Agente Patrimonial Principal	Diretor da Divisão de Controle Patrimonial- DIPAT e diretor da Divisão de Almoxarifado-DIALM que, em razão do cargo, são responsáveis pela gestão dos bens permanentes e em almoxarifado, respectivamente, e pelas prestações de contas anuais, conforme estabelecido no Ato Executivo nº 3519, de 20 de julho de 2005 (Ato normativo TJ 16, de 09/11/2006).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Agente Patrimonial Temporário	Servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão do Quadro Único de Pessoal do PJERJ, ou servidor de outro órgão à disposição do PJERJ, responsável imediato pelos bens cedidos para utilização exclusiva em evento promovido pelo PJERJ, indicado pela coordenação do evento ou pelo órgão gestor cedente dos bens.
Agentes essenciais à justiça	Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, Procuradores de entes públicos e Advogados.
Agentes privados em colaboração ao PJERJ	Pessoas jurídicas de direito privado que colaboram com o PJERJ
Agentes públicos em colaboração ao PJERJ	Agentes de outros poderes públicos que realizem atividades de interesse do PJERJ, tais como: policiais civis e militares.
Ajuste	Expressão genérica que designa acordos bilaterais ou plurilaterais que estabelecem obrigações recíprocas entre as partes.
Ambientação	Processo de adequação do ambiente às condições humanas, valorizando aspectos interrelacionais e produtivos, com o objetivo de atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, respeitando-se os elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.
Amostra	Técnica de seleção em que, de um dado conjunto elege-se um subconjunto representativo do todo.
Análise crítica	Atividade realizada para determinar a pertinência, a adequação, a eficiência e a eficácia do que está sendo examinado, com o fim de alcançar os objetivos estabelecidos.
Análise de dados	Exame de conjuntos de resultados numéricos de processos de trabalho, observando o valor instantâneo, a tendência e as comparações dos dados com referências estabelecidas, com o fim de fundamentar a tomada de decisão decorrente.
Anexo	Qualquer documento ou coisa que não faça parte dos autos de um processo, mas que passa a integrá-los como acessório.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Anexos do edital	Documentos integrantes do edital, que reúnem informações necessárias à consecução do procedimento licitatório.
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	Define, no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, objeto de contrato, devendo ser exigida ART complementar para a prorrogação ou qualquer outra alteração contratual, vinculada à ART original.
Anular	Decisão pela qual se invalida, total ou parcialmente, ato ou procedimento administrativo portador de vício insanável.
Apensar	Reunião de autos de processos distintos, com números próprios e afinidade de matéria.
Apenso	Quaisquer autos de processos distintos, com número próprio e afinidade de matéria.
Aposentadoria	Inatividade remunerada de servidor ou magistrado após o preenchimento dos requisitos legais correspondentes.
Apostilamento	1.Providência junto ao FETJ com vistas à retificação de código de receita ou ao transporte de valores para códigos determinados. 2.Registro simplificado de aditamento a contrato.
Aprovação	Ato de assumir a responsabilidade por um documento, mediante a aposição da respectiva rubrica ou assinatura, tornando-o de uso obrigatório no seu campo de aplicação.
Aprovação das contas	Ato exarado pelo Ordenador de Despesa sobre a prestação de contas por responsável pela aplicação de dinheiro, bens ou valores públicos.
Aprovar	Ato de declarar a conformidade de um documento às normas que o regem e de sua aptidão para cumprir os efeitos previstos, assim assumindo a responsabilidade por seu conteúdo.
Arquivar	Seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos.
Arquivo corrente	Conjunto de documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Arquivo eletrônico	Meio magnético empregado para armazenar os extratos bancários enviados pelo Departamento Financeiro (DEFIN), via e-mail, cujo conteúdo é transformado em planilha eletrônica que permanecerá arquivada no Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR).
Arquivo intermediário	Conjunto dos documentos que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, aguardam, por razões de interesse administrativo, a eliminação ou o recolhimento para guarda permanente.
Arquivo permanente	Conjunto dos documentos de valor histórico, probatório e informativo, que devem ser definitivamente preservados.
Assentada	Registro escrito das ocorrências e decisões de uma audiência.
Assessoria de comunicação de informática	Setor da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) responsável pelo atendimento a reclamações e sugestões.
Assinatura digital	Assinatura digital é uma tecnologia que permite dar garantia de integridade e autenticidade a arquivos eletrônicos. É um conjunto de operações criptográficas aplicadas a um determinado arquivo, tendo como resultado o que se convencionou chamar de assinatura digital. Permite comprovar que a mensagem ou arquivo não foi alterado e que foi assinado pela entidade ou pessoa que possui a chave criptográfica (chave privada) utilizada na assinatura.
Ata de Registro de Preços	Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas (Lei federal 8.666/93, art. 15, e Decreto federal nº 7.892/2013).
Atendimento on site	Atendimento prestado no local de trabalho do usuário.
Atendimento remoto	Atendimento com acesso remoto e/ou telefônico, com o objetivo de verificar e, se possível, solucionar o problema ou realizar instalações sem a necessidade de deslocamento de técnico.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Atestado de Recebimento de Material (ARM)	Documento oficial no âmbito do Estado do Rio de Janeiro onde se atesta o recebimento de materiais, verificando-se a conformidade com as especificações, com as quantidades solicitadas e o valor empenhado.
Atestar	Confirmar que houve a execução do objeto previsto no contrato.
Ato administrativo	Ato jurídico praticado por agente do poder público no exercício de suas funções administrativas.
Ato M	Ato de movimentação de Desembargador e Juíz, na Comarca da Capital.
Ato ordinatório	Ato sem conteúdo decisório, que impulsiona o processo judicial ou administrativo.
Atos ME	Ato de movimentação de Juízes Substitutos.
Atos MI	Ato de movimentação de Juízes nas Comarcas do Interior.
Atualizações críticas de segurança	Atualizações disponibilizadas periodicamente pelos fabricantes de sistemas, a fim de corrigir problemas que potencialmente possam ser explorados por programas maliciosos.
Audiência de conciliação	Ato que integra o procedimento e no qual o magistrado, o juiz leigo ou o conciliador que o presida estimula as partes a solucionarem o conflito mediante transação.
Audiência de Instrução e Julgamento	Evento no qual um juiz togado colhe provas e decide sobre o conflito, uma vez frustrada a tentativa de conciliação (CPC, artigos 447-449 e 450-457).
Audiência de Instrução e Julgamento - JECRIM	Evento no qual Juiz de Direito colhe provas e decide sobre o conflito, uma vez frustrada a tentativa de conciliação, transação penal e suspensão condicional do processo.
Audiência especial	Evento processual no qual se busca a solução do conflito ou a pacificação social mediante transação penal.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Audiência não realizada	Audiência que não é realizada por falta de tempo hábil para o cumprimento de diligência (p. ex.: não recolhimento de custas, falta de intimação de órgão público ou testemunhas, autos de processo não devolvidos por órgão público, falta de contrafé, rol de testemunhas apresentado próximo da data designada para realização da audiência).
Audiência preliminar	Evento processual no qual se busca a solução do conflito ou a pacificação social mediante acordo civil.
Auditado	Unidade organizacional que está sendo submetida a uma auditoria.
Auditagem	Inventariar acervo arquivístico.
Auditor	Pessoa com competência para realizar uma auditoria.
Auditoria	Processo sistemático, documentado e independente, para obter evidências e avaliá-las objetivamente, com o fim de determinar a extensão na qual os critérios de auditoria são atendidos.
Auditoria Externa	Avaliações realizadas por auditor de Organismo de Certificação, podendo ser: 1. Pré-auditoria e auditoria de certificação fase 1 – avaliação prévia, cujo objeto é verificar a adequação e implementação do sistema de gestão e tem como foco principal fornecer o máximo de informações e oportunidades de melhorias para a organização, de forma que futuras ações corretivas e de melhorias possam ser implementadas antes da auditoria de certificação fase 2. 2. Auditoria de certificação fase 2 – auditoria completa no sistema de gestão, onde se verifica o atendimento do SIGA às exigências dos requisitos aplicáveis, objetivando a sua certificação. 3. Auditoria de supervisão – auditoria periódica onde, por amostragem, verifica-se e recomenda-se ou não a manutenção da certificação. 4. Auditoria de recertificação – auditoria completa no sistema de gestão, onde se verifica o atendimento do SIGA às exigências dos requisitos aplicáveis, objetivando a sua recertificação. 5. Auditoria de follow up – auditoria in loco ou documental realizada para as preocupações críticas. 6. Auditoria extra – auditoria realizada in loco nos requisitos considerados críticos.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Auditoria Interna do Sistema Integrado de Gestão (SIGA)	Auditoria realizada no SIGA, por recursos humanos próprios ou auditores contratados, sendo definida e coordenada pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN).
Autenticação	Confirmação de que a cópia reprográfica é cópia fiel de original ou de peça entranhada em autos judiciais.
Autenticar	Confirmar a identidade de uma pessoa ou entidade, confrontada com a fonte de origem de um documento.
Auto de Constatação	Instrumento de cobrança administrativa de débitos oriundos de atos praticados por serventias extrajudiciais.
Auto de Infração	Instrumento de cobrança administrativa de débitos oriundos de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ) considerada inidônea ou decorrente de atos praticados por serventias extrajudiciais, expedido quando do não-pagamento do auto de constatação, acrescido de juros de mora, correção monetária e multa.
Auto de Prisão em Flagrante (APF)	Termo que contém a narração circunstancial da prisão do sujeito, logo após a prática do crime, e que complementa a própria prisão em flagrante.
Autocontrole	Forma de execução dos processos de trabalho, na qual o executor mantém a preocupação de verificar a qualidade de execução da sua tarefa, antes da entrega do respectivo produto ao usuário subsequente.
Autorizar despesa	Ato de autoridade competente que cria obrigação de pagamento.
Autos	Base física de processo judicial ou administrativo.
Autos de processo administrativo não conforme	Descumprimento de determinações internas ou externas, lançadas nos autos de processo administrativo, cujo efeito impede sua regular tramitação.
Autos de processo judicial baixados em diligência com excesso de prazo	Autos de processo judicial em diligência, cujo prazo de retorno encontra-se excedido.
Autos de processo judicial com carga vencida	Autos de processo judicial com carga para advogado, colaborador ou órgão público, com prazo de devolução vencido.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Autos de processo judicial com erros de processamento	Autos de processo judicial com certidão ou informação incorreta (p.ex.: prazo, instrução, cálculo de custas).
Autos de processo judicial com excesso de prazo de conclusão	Autos de processo judicial encaminhados ao magistrado para conclusão há mais de 30 dias.
Autos de processo judicial não localizados em cartório	Autos de processo judicial solicitados por usuário e não localizados no Cartório do juízo competente.
Autos de processos judiciais arquivados indevidamente	Autos de processos judiciais encaminhados ao Arquivo Central do PJERJ, sem análise adequada do processamento, ressalvados os casos previstos na Resolução nº10/2004, da CGJ.
Autos de processos judiciais não localizados no arquivo	Autos de processos judiciais solicitados por usuário e não localizados no Arquivo Central do PJERJ.
Autuação	Analisar tecnicamente, reunir e registrar todas as informações contidas em recursos, processos originários e procedimentos administrativos, necessárias ao seu trâmite, compondo a base física do processo.
Autuação indevida	Autuação de processo judicial com erro (p.ex: cor da capa não corresponde ao tipo de ação).
Autuar	Compor a base física de processo judicial ou administrativo.
Auxiliares da Justiça	Chefe de Serventia de Primeira Instância, oficial de justiça avaliador, depositário, contador e demais servidores do Poder Judiciário, titulares de serventia extrajudicial, peritos, assistentes técnicos, intérpretes, tradutores juramentados, leiloeiros, conciliadores e juízes leigos. (CPC, art.139 a 157; Lei nº 9.099/95, art.7º e 73; CODJERJ)
Avaliação cognitiva	Modalidade de avaliação efetuada ao final de curso de capacitação determinado, com o fim de medir o conhecimento adquirido pelo participante com relação ao que foi ensinado.
Avaliação de documento	Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.
Avaliação de eficácia	Modalidade de avaliação, que tem por objetivo verificar se a ação de capacitação e desenvolvimento planejada foi realizada e os resultados planejados foram alcançados.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 9 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Avaliação de reação	Modalidade de avaliação, efetuada ao final de uma ação de capacitação, com o fim de captar a percepção imediata do participante e do instrutor quanto à atividade realizada.
Avaliação técnica	Parecer emitido pelo setor técnico referente a serviços executados ou por executar.
Averiguação	Procedimento iniciado mediante portaria, por determinação da diretoria do Foro, destinado a apurar falhas no controle de acesso às suas instalações.
Aviso	Extrato reduzido de edital, cuja publicação comunica ao público externo a abertura de procedimento licitatório.
Aviso de Recebimento (AR)	Documento dos Correios cuja finalidade é o registro do envio da correspondência, bem como da entrega ou não ao destinatário.
Backup	Cópia de segurança de caráter preventivo, preferencialmente feita por meio de armazenamento externo.
Backup de equipamentos	Reposição temporária de equipamento ou componente similar, enquanto o original encontra-se em reparo ou manutenção.
Baixa	Toda movimentação de autos de processo que esgote sua tramitação no órgão, procedendo-se ao respectivo registro informatizado.
Baixa de equipamento	Retirada definitiva de um equipamento do rol de bens utilizáveis do PJERJ.
Baixar	1.Registrar no sistema informatizado a devolução de autos de processo. 2.Toda movimentação de autos de processo que esgote a tramitação deste no órgão, procedendo-se ao respectivo registro informatizado.
Banco arrecadador	Banco ITAU S/A



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Banco de Acórdãos	Conjunto de acórdãos e decisões monocráticas selecionados para compor os ementários de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), organizados por tema e/ou em ordem alfabética pelo nome do Desembargador prolator do julgado, subdivididos em quatro áreas: acórdãos cíveis, acórdãos criminais, decisões monocráticas e acórdãos das Turmas Recursais.
Banco do Conhecimento do PJERJ	Acervo selecionado de conteúdos captados internamente e no ambiente externo, disponibilizado de forma estruturada mediante o portal corporativo e destinado a facilitar a realização das atividades jurídico-administrativas da Instituição.
Bancos de dados heterogêneos	Bancos de dados de fabricantes diversos e/ou plataformas diversas
Batch	Tipo de processamento automático que independe de intervenção humana.
Bem Permanente	Todo item ou conjunto suscetível de avaliação monetária que não perde sua identidade física ou autonomia de funcionamento em razão de uso, mesmo quando incorporado a outro bem; tem durabilidade estimada superior a dois anos e constitui patrimônio do PJERJ, a exemplo de equipamentos, aparelhos, máquinas, motores, veículos, mobiliários, instrumentos, ferramentas, conjunto de utensílios e bens culturais (Resolução TJ/OE/RJ 24/2012 de 30/07/2012).
Beneficiário	Dependente legal de servidor ou magistrado, ou pessoa por este previamente indicada.
Bens em Desuso	Aqueles que, embora em perfeitas condições de uso, não estiverem sendo aproveitados pelos Órgãos Gestores ou PJERJ devendo por isso ser remanejado, através do Termo de Disponibilidade.
Bens Irrecuperáveis	Aqueles que não mais puderem ser utilizados pelos Órgãos Gestores ou PJERJ para o fim a que se destinam devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação, entendida esta quando o custo de recuperação seja superior a 50% de seu valor de mercado.
Bloqueio de contas de rede	Desabilitar temporariamente o login de usuário.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Boletim Diário de Caixa	Documento emitido diariamente pela Divisão de Tesouraria (DGPCF/DITES), espelhando as movimentações financeiras em conta corrente.
Boletos de distribuição	Listagem de remessa para o órgão julgador para onde ocorreu a distribuição, contendo a identificação dos recursos ou dos feitos originários, o respectivo órgão julgador e o horário da distribuição.
Bolsa-auxílio	Ajuda financeira concedida a estagiário pelas atividades desempenhadas.
Brigadista	Profissional de empresa especializada, ou vinculado à administração pública, com dedicação exclusiva, que presta serviços de prevenção de incêndio e atendimento de emergência nas edificações do PJERJ.
Bugs	Erros ou imperfeições no software, que impedem o seu uso correto.
Caixa-arquivo	Caixa padronizada, que substitui o maço, destinada à acomodação e à proteção de documentos, visando ao arquivamento destes.
Caixas de correio eletrônico departamentais	Caixa de correio para serventias ou setores, que serve a vários usuários.
Cancelamento de Documentos	Exclusão de documento do SIGA.
Capacitação e desenvolvimento	Conjunto organizado de atividades, aplicadas de maneira sistêmica, possibilitando a apreensão de conhecimentos, a aquisição de novas atitudes e o desenvolvimento de habilidades em função dos objetivos institucionais.
Capeamento	Ato de capear os autos, com a juntada do(s) respectivo(s) termo(s).
Carga	Ato de retirar os autos de processo do cartório pelo usuário.
Carta precatória	Pedido de cooperação judicial dirigido por magistrado (deprecante) a outro da mesma hierarquia (deprecado), solicitando que pratique determinados atos processuais que não podem ser praticados pelo remetente, por lhe faltar competência para o exercício da jurisdição fora de sua sede ou comarca (CPP, arts.222, 230, 332, 350 e 353; CPC, arts. 202-212; e Lei nº 9099/95, art. 65, § 2º).

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 12 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Cartão magnético	Cartão de proximidade ligado ao Sistema de Controle de Acesso (SCA), que identifica o usuário credenciado.
Casos de uso	Documentos que descrevem o modo pelo qual as pessoas interagem com o sistema.
Catalogar	Anotar, em formato predeterminado, os dados do material que compõe o acervo (autor, título, editor, ano de publicação, número de edição, número de páginas ou de volumes, série, descritores, notas especiais etc.), segundo normas da ABNT.
Catálogo de Livros de Editora	Relação dos livros editados por uma empresa publicadora e que estão sendo comercializados em determinado período.
Catraca	Equipamento eletrônico acionado por cartão de proximidade, com o objetivo de identificar o servidor.
CD-ROM	Sigla do inglês compact disc read-only memory, que designa um tipo de CD gravado por processo industrial e não regravável, capaz de armazenar cerca de 650 megabytes de programas e dados para computador.
Central de Atendimento	Setor responsável pelo recebimento de todas as solicitações de serviço geradas pelas unidades organizacionais do PJERJ.
Central de Atendimento ao Usuário - CAU	Serviço de atendimento a solicitações de serviço via telefone.
Central de Consulta Processual	Serviço de consulta a informações processuais, individuais ou em lote, através de boletos; responsável também por verificar o funcionamento dos terminais de autoconsulta disponíveis no Foro Central da Comarca da Capital.
Central de Cumprimento de Mandados	Unidade responsável pela distribuição de mandados judiciais aos oficiais de justiça avaliadores, instituída por Provimento da CGJ.
Central de entregas	Unidade integrante da estrutura organizacional do Serviço de Malote, da Divisão de Correspondência, do Departamento de Correio, da Diretoria Geral de Logística, onde são entregues e recebidos os expedientes dos cartórios localizados no Foro Central, não atendidos pela Mensageria.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 13 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Central de Tele-atendimento	Atendimento a solicitações de serviços via telefone.
Centro de Acompanhamento de Controle de Custos	Instituído pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01, de 04/01/1999, com o fim de produzir Relatório de Acompanhamento de Custos (RAC), de modo a propiciar atuação preventiva e corretiva de despesas.
Centro de Acompanhamento e Controle de Custos	Instituído pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01, de 04/01/1999, com o fim de produzir Relatório de Acompanhamento de Custos (RAC), de modo a propiciar atuação preventiva e corretiva de despesas.
Certidão de Antecedentes Criminais (CAC)	Certidão extraída mediante pesquisa onomástica no sistema DCP.
Certidão de recolhimento de custas	Documento destinado a certificar as custas pagas em conformidade com a Lei nº3350/99.
Certidão fora dos autos	Declaração expressa sobre a existência de fato, dado ou informação em documento à parte dos autos de processo do qual se origina, ou que não tenha origem em autos de processo.
Certificação	Registro de ato, fato ou condição por servidor provido de fé pública.
Certificação do SIGA	Modo pelo qual uma terceira parte dá garantia escrita de que um produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados.
Certificar	Declarar fato, existência de dado ou informação em poder do PJERJ, que tenha origem em autos de processo ou fora deles.
Cessão de Uso	Transferência gratuita ou onerosa da posse, de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, com a finalidade de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
Ciclo de vida de RAD	Conjunto dos seguintes fatores: necessidade de padronização, proposição, análise crítica, aprovação, cadastramento, publicação, implementação, aplicação, auditoria / avaliação, revalidação ou revisão de documentos do Sistema Normativo Administrativo.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Ciclo P-D-C-A	Ações que promovem, continuamente, a melhoria do desempenho da gestão, mediante a realização dos seguintes passos: Plan (planejar): estabelecer os objetivos e processos de trabalho necessários para fornecer resultados de acordo com os requisitos do cliente (usuário) e políticas da organização; Do (fazer): implementar os processos de trabalho; Check (checar): monitorar e medir processos de trabalho, bem como produtos em relação às políticas, aos objetivos e aos requisitos do cliente e políticas para o produto e relatar os resultados; Act (Agir): atuar corretivamente para restabelecer a situação desejada.
Citação	1. Ato por meio do qual se dá ciência da existência de uma demanda judicial, a que o citado deve responder no prazo legal, sob pena de revelia, com os efeitos processuais daí decorrentes (CPC, artigos 213 -233). 2. Chamamento do responsável ou do interessado, para apresentar razões de defesa ou recolher o débito apurado, quando determinado em decisão preliminar, nos tempos do inciso II do art. 17 da Lei Complementar 63/90, ou para interpor recurso, quando determinado em decisão definitiva, nos termos do art. 23 do mesmo diploma legal.
Classe	1. Código criado no Sistema de Acompanhamento de Solicitações para cada tipo de equipamento adquirido pelo PJERJ. 2. Categoria ou classificação atribuída a diferentes requisitos da qualidade para produtos, processos ou sistemas, que têm o mesmo uso funcional.
Classe derivada	Deriva de uma classe denominada de original tendo como consequência uma alteração de configuração de hardware.
Classificar documento	1. Seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas organizacionais, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir em classes os documentos de um arquivo. 2. Atribuir aos livros e folhetos um código numérico que representa seu(s) assunto(s) específico(s), extraído da Classificação Decimal de Direito, ao qual se acrescenta outro código, alfanumérico, que representa o nome do autor, extraído da Tabela de Cutter.
Cliente de auditoria	Unidade organizacional que solicita uma auditoria.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Código de Classificação de Documentos (CCD) do PJERJ	Instrumento técnico utilizado nos arquivos correntes e intermediários para consolidar codificação hierárquica de assuntos de documentos, visando, principalmente, ao respectivo agrupamento lógico e físico.
Código de Despesas	Classifica a despesa, demonstrando sua categoria econômica e o grupo a que pertence sua modalidade de aplicação.
Código de Despesas	Classifica a despesa, demonstrando sua categoria econômica e o grupo a que pertence sua modalidade de aplicação (adotado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro).
Código de Endereçamento Postal (CEP)	Código numérico com 8 dígitos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) utiliza para identificar os logradouros públicos (ruas, avenidas, praças etc).
Código do local	Código criado no Sistema de Acompanhamento de Solicitações, para localização de um órgão ou serventia.
Co-gestão ou gestão compartilhada	Gestão conjunta de um contrato por dois ou mais gestores, cada qual com suas respectivas atribuições e competências técnicas previamente definidas.
Comarca da Capital	Limite espacial de jurisdição que delimita o âmbito de atuação e de competência do Foro Central e dos dez Foros Regionais (Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Ilha do Governador, Jacarepaguá, Leopoldina, Madureira, Méier, Pavuna e Santa Cruz).
Comissão de Aceitação	Comissão designada, mediante termo circunstanciado, para recebimento definitivo do objeto do contrato, quando se tratar de obra ou serviço de natureza não contínua.
Comissão de Iniciação e Aperfeiçoamento de Magistrados (EMERJ/COMAM)	Comissão integrada por Desembargadores indicados pela Diretora-Geral da EMERJ.
Comissão de Iniciação e Vitaliciamento de Magistrados	Composta pelos Professores Responsáveis pela supervisão do Curso de Iniciação e pelo Curso de Vitaliciamento, conforme Portaria 05/2006.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição da 1ª e 2ª VP do TJERJ	Comissão criada pelo Ato Executivo nº 5514 do TJERJ, de 22/11/2006, que verifica a regularidade no sistema informatizado de distribuição da 1ª e 2ª Vice-Presidência.
Comodato	Empréstimo gratuito de coisas não-fungíveis que se realiza com a tradição do objeto.
Competência	Atributos pessoais e capacidade demonstrados para aplicar conhecimento e habilidades.
Competência Individual	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes de cada indivíduo, que lhe permite desempenhar determinadas atividades, realizar certas ações, assumir responsabilidades específicas e adotar comportamentos visando a gerar resultados em contextos específicos.
Competências Profissionais	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes expressas pelo desempenho profissional do indivíduo dentro de determinado contexto organizacional, que agrega valor às pessoas e à organização.
Compra e venda	Contrato em que o vendedor compromete-se a transferir ao comprador o domínio de coisa móvel ou imóvel mediante uma remuneração, que é o preço.
Compromisso da Despesa	Registro inicial do valor estimado de despesa. Solicitado pelas unidades organizacionais, informa da possibilidade de sua efetivação, observadas a sua classificação e a existência de saldo orçamentário, no qual é debitado imediatamente o valor solicitado. A despesa é efetivada somente após a emissão da pertinente nota de empenho.
Comunica	Ferramenta oficial de comunicação entre órgãos usuários do SIAFEM.
Comunicação administrativa	Ato de veicular informações e comunicações entre órgãos da administração pública; espécie do gênero expediente.
Comunicação de Baixa de Responsabilidade Patrimonial	Documento mediante o qual o Agente Patrimonial Nato informa à DIPAT sobre o desligamento da unidade patrimonial sob sua responsabilidade ou o falecimento do Agente Patrimonial Delegado.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Comunidade de Prática	Agrupamento de natureza informal e auto-organizado, formado por pessoas de diferentes áreas, que favorece a colaboração de pessoas, interna ou externamente à Organização, sobre aspectos ou interesses comuns.
Comunidade de Propósito	Grupo, usualmente formado por pessoas de diferentes áreas, que são convidadas a participar de um projeto específico, com regras pré-estabelecidas e prazo determinado para conclusão.
Concessão de Direito Real de Uso	Contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a uma Instituição.
Concessão de Uso	Contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a uma Instituição.
Conciliar	Ato de confrontar os saldos das contas contábeis com os relatórios/documentos de suporte, mantendo-os sob controle e justificando, em notas explicativas, as possíveis diferenças.
Conclusão	Ato cartorário de remeter os autos de processo judicial ao juiz.
Conclusão de auditoria	Resultado apresentado por equipe de auditoria, após levar em consideração os objetivos e todas as constatações de uma auditoria realizada.
Conhecimento	O saber relacionado a uma área específica.
Conselho Consultivo da EMERJ	Órgão constituído de três magistrados, integrantes do corpo docente da EMERJ, e de três suplentes escolhidos pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, de mandato coincidente com o do Diretor-Geral, para assessorá-lo.
Conselho de Vitaliciamento	Órgão integrado por desembargadores em atividade ou aposentados, com a finalidade de analisar e aconselhar a atuação de juízes vitaliciandos, procedendo à análise das sentenças proferidas por estes e ministrando a orientação que for necessária ao exercício da judicatura.
Constatações de auditoria	Resultados da avaliação de evidências, comparada com os critérios de auditoria realizada.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Contadoria Geral do Estado (CGE)	Órgão vinculado à Secretaria de Estado de Finanças do Rio de Janeiro (SEF).
Contrafé	Cópia de inteiro teor da petição.
Contrato	Acordo de vontades entre órgãos ou entidades da Administração pública e particulares, para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (Lei federal nº 8.666/93, art. 2º).
Contrato de Carta Comercial	Anexo ao contrato principal (contrato múltiplo) de serviços recepção, coleta, transporte e entrega domiciliária de objetos relativos à carta comercial em âmbito nacional, com peso unitário de até 500 (quinhentos) gramas.
Contrato de Correspondência Órgão Público	Acordo de vontades entre o Tribunal de Justiça e a EBCT, que tem por objeto a prestação de serviços de postagem de Sedex, telegramas e cartas de citação e intimação para o exterior (carta rogatória).
Contrato de Remessa Local com Comprovação de Entrega	Anexo ao Contrato principal (contrato múltiplo) de serviços de recepção, coleta, transporte e entrega domiciliária de objetos relativos à Remessa Local com Comprovação de Entrega, em âmbito local/metropolitano, para envio exclusivo de ofícios, notificações, citações, intimações, entre outros de interesse do Poder Judiciário Estadual.
Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos	Acordo de vontades entre o Tribunal de Justiça e a EBCT que tem por objeto a prestação, pela EBCT, de serviços de venda de produtos que atendam às necessidades do Tribunal de Justiça, mediante adesão aos anexos deste instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.
Controle de documentos	Ações e cuidados sobre aprovação, emissão, revisão e distribuição de documentos, destinados a assegurar o uso de informações atualizadas e impedir o uso indevido de documentos obsoletos.
Controle de registros	Controles específicos exercidos sobre os documentos classificados como registros.
Convênio	Ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, com ou sem o repasse de recursos financeiros.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Correção	Ação para eliminar não-conformidade identificada.
Correição especial	Ato determinado pelo Corregedor-Geral da Justiça e presidido por um Juiz por ele designado, que consiste na fiscalização da serventia, requerida de forma justificada pelo novo escrivão ou responsável pelo expediente, quando assume um cartório.
Correição extraordinária	Ato determinado pelo Corregedor-Geral da Justiça e presidido por um Juiz por ele designado, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades ou desvios de procedimentos.
Credenciamento	Autorização com prazo definido inserida no Sistema de Controle de Acesso (SCA), para controle de acesso de usuários.
Crédito Especial	Crédito adicional destinado a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica.
Crédito Suplementar	Crédito adicional destinado a reforçar dotação orçamentária.
Criptografia	Disciplina que trata dos princípios, meios e métodos para a transformação de dados, de forma a proteger o conteúdo da informação contra acesso não autorizado.
Critérios de auditoria	Conjunto de políticas, procedimentos ou requisitos, usado como referência.
Critérios para aceitação da ação de capacitação	Características da ação de capacitação capazes de atender aos requisitos de usuários, regulamentares e institucionais.
Curso de Formação Inicial – Primeira Etapa	Curso disciplinado pelo Ato Regimental nº 01/2012 – EMERJ, ministrado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, durante os quatro primeiros meses da carreira do magistrado.
Curso de vitaliciamento	Curso de aperfeiçoamento de magistrados promovido pela EMERJ, no qual os magistrados, durante o período de vitaliciamento (2 anos), cumprem carga horária mínima de trinta horas-aula por semestre ou de sessenta horas-aula por ano.
Custas	Valores devidos pelo processamento de feitos e fixados segundo a natureza do processo e a espécie de recurso (CPC, artigos 19-35).

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 20 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Database link	Objeto de banco de dados Oracle, que estabelece comunicação com outro banco de dados Oracle.
Decisão	Ato do juiz que põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa (CPC, artigo 162, § 1º).
Decisão monocrática	Decisão proferida por um único Desembargador, baseada nos termos do Art. 557, CPC e seus parágrafos.
Declaração de apostilamento	Documento emitido na hipótese de recolhimento, no valor e vencimento corretos, em conta diversa, em função de erro material, desde que comprovada a entrada de receita para o FETJ.
Declaração de disponibilidade	Documento emitido pelos Órgãos Gestores, relacionando os bens colocados em disponibilidade por desuso, obsoleto, irre recuperável ou antieconômico.
Declaração de Regularidade Patrimonial	Certidão de Nada Consta de Regularidade Patrimonial que deverá instruir o processo de exoneração e ou aposentadoria do Agente Patrimonial
Defensoria Pública (DP)	Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, integral e gratuita, em todos os graus, das pessoas que comprovam insuficiência de meios para atender às custas judiciais.
Defensoria Pública Tabelar	Defensor designado para orientação e defesa de outro acusado, em que haja colidência de versões dos fatos apresentados nos depoimentos dos réus em um mesmo processo.
Delegacia Legal	Delegacia de polícia judiciária cujo sistema de operação está informatizado.
Denúncia	Ato processual por meio do qual o Estado-Administração, por seu órgão competente, que é o Ministério Público, se dirige ao Juiz, dando-lhe conhecimento de um fato que reveste os caracteres de infração penal e manifestando a vontade de ser aplicada a correspondente sanção penal ao acusado (CPP, art. 41).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Denúncia espontânea	Comunicação relativa a infração ocorrida anteriormente a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, elaborada por serventia extrajudicial e condicionada ao recolhimento do valor principal, monetariamente corrigido e acrescido de juros moratórios, sem prejuízo da regularização da falta que a gerou.
Deprecante	O Juízo que encaminhou a carta precatória.
Desapensar	Separar dois ou mais autos de processos fisicamente, com a devida atualização no sistema informatizado.
Descritor	Palavra, ou grupo de palavras, que descreve o assunto tratado no material que compõe o acervo, extraída(s) do Vocabulário Controlado Básico de Descritores, do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal PRODASEN, do Tesouro Jurídico da Justiça Federal e do Vocabulário Jurídico Controlado (Tesouro) do Superior Tribunal de Justiça, para fins de recuperação nas buscas por assunto.
Desembargador	Autoridade nomeada na forma da lei, para exercer a função jurisdicional de segundo grau e de gestão administrativa de seu respectivo gabinete.
Desembargador Conselheiro	Desembargador em atividade ou aposentado, integrante do Conselho de Vitaliciamento, que analisa mensalmente as sentenças apresentadas pelos juizes vitaliciandos a ele designados. Atua na orientação e no aconselhamento dos vitaliciandos, de forma a contribuir para o aprimoramento do exercício da atividade judicante.
Desembargador Presidente de Câmara	Autoridade que exerce a função jurisdicional e de gestão administrativa de seu gabinete e da secretaria da Câmara.
Desembargador Relator	Desembargador responsável pelo andamento do processo até o seu julgamento.
Desembargador Revisor	Desembargador responsável pela revisão do processo, após o relatório do desembargador relator.
Desembargador Vogal	Desembargador que participa do julgamento como votante, não sendo o relator nem revisor.
Desentranhar	Retirar peça dos autos de um processo, com a devida atualização no sistema informatizado. Termo associado: desentranhamento.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Desenvolvimento de sistemas	Atividade que consiste na construção de sistemas informatizados eficazes, confiáveis e de fácil operação. O processo de construção pode variar de acordo com o grau de complexidade do sistema proposto.
Desinfecção	Ato de remover programa malicioso de um sistema.
Despesa empenhada	Obrigação de pagamento contraída pelo Estado, cujo valor � deduzido da dota�o orçamentária (Lei n� 4.320/64, art. 58).
Despesa liquidada	Verifica�o da regularidade da obriga�o devida pelo Estado, cujo valor � deduzido da respectiva nota de empenho (Lei n� 4.320/64, art. 63).
Despesa paga	Desembolso efetivo de numerário do Estado para o cumprimento da obriga�o de pagamento (Lei n� 4.320/64, art. 64).
Despesas de caráter continuado	Despesa derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente federativo a obriga�o legal de sua execu�o por um período superior a dois exercícios.
Despesas de Exercícios anteriores	Despesas de exercícios encerrados para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, mas que não foram processadas na época própria.
Destinatário	Pessoa física ou jurídica a quem está endereçada a correspondência
Desvirtualiza�o	Ato por meio do qual anula a virtualiza�o do processo, cuja existencia retorna a ser somente física.
Detector de metais (pórtico ou manual)	Equipamento eletrônico que emite sinal sonoro alertando sobre a presença de objetos met�licos.
Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ)	Instrumento de divulga�o e publica�o oficial dos atos judiciais, extrajudiciais, administrativos e de comunica�o em geral do PJERJ (Resolu�o TJ/OE n� 10, de
Dicionário de dados	Dicionário com a descri�o das estruturas e regras de negócio dos objetos de banco de dados.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Digitalização	Ato de converter, para o meio digital, as peças físicas de um processo judicial em trâmite, sendo adotada, como padrão, a digitalização em preto e branco, ressalvada a captura de fotos coloridas.
Diligência externa	Decisão do Plenário do Tribunal de Contas do Estado, determinando que o responsável apresente documentos ou esclarecimentos para saneamento do processo. Salvo no caso de prazos específicos, deverá ser cumprida em trinta dias, prorrogável, uma só vez, mediante pedido tempestivo, devidamente justificado.
Diploma legal	Legislação ou norma pertinente.
Direcionadores estratégicos	Norteadores da estratégia, englobando a missão, a visão, os valores e a política da qualidade.
Disponibilidade da informação	Garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário.
Distribuição	Determinar por sorteio em Sistema Informatizado, após assinaladas as devidas competências, para que Vara (1ª instância) ou órgão julgador (2ª instância) será destinada uma causa ajuizada. Pode ser na forma automática (livre distribuição) ou por prevenção.
Distribuição por planilha	Nome pelo qual é conhecida a distribuição de petições iniciais em caráter de urgência.
Distribuição por urgência	Nome pelo qual é conhecida a distribuição de petições iniciais em caráter de urgência
Doação	Contrato pelo qual uma pessoa (doador) por liberalidade, transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatária), que o aceita.
DOBLE	Programa utilizado para controlar o ponto eletrônico de servidores.
Documentação de pagamento	Documento fiscal e respectivos comprovantes do recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, relacionados à execução de contrato, apresentados pelo contratado na forma exigida pela legislação ou pelo contrato.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Documento	Informação e o meio no qual se contém.
Documento administrativo	Todo e qualquer documento que não constitua auto processual judicial ou administrativo. Exemplos: livros de sentença, guias de remessa, livros de protocolo etc.
Documento Arquivístico	Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade, e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades (art. 1º, §1º, da Resolução 20, do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ).
Documento Arquivístico Digital	Documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional. São exemplos de documentos arquivísticos digitais: planilhas eletrônicas, mensagens de correio eletrônico, sítios na internet, bases de dados e também textos, imagens fixas, imagens em movimento e gravações sonoras, dentre outras possibilidades, em formato digital (art. 1º, §2º, da Resolução 20, do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ).
Documento de Acesso Restrito	Documento cuja divulgação seja restrita àqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho.
Documento de Oficialização da Demanda (DOD)	Documento que contém o detalhamento da necessidade da unidade demandante de STIC.
Documento de referência	Expressão genérica que define o termo de referência de compra ou o projeto básico de obra ou serviço; no caso da obra, pode compreender, também, o projeto executivo.
Documento digitado incorretamente	Documento com destinatário, endereçamento ou finalidade digitados incorretamente.
Documento junto por linha (DOC/J/P/L)	Qualquer peça, documento ou coisa que, por determinação judicial, deixe de fazer parte dos autos, permanecendo em apartado.
Documento normativo	Normas geradas internamente no PJERJ, que pormenorizam o funcionamento de processos de trabalho.
Documento ou autos de processo encaminhados indevidamente	Documento encaminhado com destinatário ou endereçamento incorreto.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Documento Sigiloso	Documento cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aquele necessário ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
Dotação Orçamentária	Importância fixada e consignada no orçamento ou em crédito adicional para atender a determinada despesa.
Dotação Suplementar	Valor que, destinado a reforço de dotação orçamentária, acresce a dotação inicial do orçamento por meio de créditos suplementares, visando a possibilitar a realização de despesas consideradas prioritárias pela Administração Superior.
Doutrina	Estudo de caráter científico que os juristas realizam a respeito do Direito.
Download	Carregar um programa ou um arquivo de dados de um computador remoto (na internet), via linha de comunicação de dados.
Dualizar	Promover execução paralela simultânea, com o objetivo de diminuir o tempo total.
Editais	Ato que comunica ao público externo a abertura de competição segundo requisitos e condições de participação estabelecidos pela Administração.
Editoração eletrônica	Composição gráfica de textos, feita eletronicamente.
Eficácia	Extensão na qual as atividades planejadas são realizadas e os resultados planejados são alcançados.
Eficiência	Relação entre o resultado alcançado e os recursos utilizados(Constituição Federal, art.37, "caput").
Elaboração	Execução coordenada de tarefas correlacionadas, com vistas à preparação de documento ou trabalho. No caso de RAD, engloba o mapeamento de atividades, passando pelas fases de levantamento, análise e melhoria de um processo de trabalho e exposição de minuta da RAD.
Eliminação de documento	Destruição de documento destituído de valor para guarda permanente e que, de acordo com a tabela de temporalidade, já cumpriu o seu respectivo prazo de guarda.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Embargos de declaração	Recurso que visa a dirimir omissão, contradição ou obscuridade no texto de uma decisão judicial (CPC, artigos 535-538).
Ementa	Resumo da matéria de que trata norma, decisão ou parecer.
Emolumentos	Remuneração devida aos serviços notariais e de registros extrajudiciais, destinados a garantir publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos providos de fé pública.
Empenho da despesa	Ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, vinculando dotação de créditos orçamentários suficientes, sendo esta a primeira fase de execução administrativa da despesa pública.
Empenho estimativo	Documento destinado a atender despesa cujo valor certo não se possa previamente determinar.
Empenho global	Documento destinado a atender despesas contratuais e outras cujo pagamento, com valor previamente determinado, se processe parceladamente.
Empenho ordinário	Documento destinado a atender despesa cujo pagamento, com valor previamente determinado, se processe de uma só vez.
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT)	Empresa Pública Federal, detentora de monopólio para postar correspondências em âmbito nacional.
Encargos	Obrigação financeira decorrente da ocupação prevista em instrumento regularizador do imóvel.
Encerramento inadequado de volume de autos	Autos de processo com mais de 200 folhas, ressalvadas as hipóteses admitidas.
Entranhar	Ato de juntar nos autos peças oferecidas pelas partes de um processo, bem como os ofícios respondidos a requerimento das partes, procedendo-se à juntada e à numeração seqüencial das folhas.
Equipamento de backup	Equipamento do PJERJ ou de uma empresa contratada que permanece no usuário, em substituição ao equipamento original retirado para manutenção em laboratório.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Equipamento de Controle de Acesso (ECA)	Conjunto de recursos materiais e logísticos utilizados para realizar o controle de acesso.
Equipamento de Proteção Individual (EPI)	Todo dispositivo ou produto, de uso individual, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança ou a saúde no trabalho.
Equipe de auditoria	Um ou mais auditores que realizam uma auditoria.
Equipe de Gestão da Contratação	Equipe composta pelo Gestor de Contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Equipe de Planejamento da Contratação de STIC	Equipe envolvida no planejamento da contratação responsável por auxiliar a unidade demandante da STIC, composta por: integrante demandante, integrante técnico e integrante administrativo.
Equipe técnica	Grupo de funcionários com formação técnica em sua área de atuação, bem como de profissionais responsáveis pela execução dos serviços.
Errata	Instrumento pelo qual a Administração introduz no edital e/ou seus anexos modificação que não afeta a formulação de propostas.
Esclarecimento	Ato pelo qual comissão de licitações ou pregoeiro responde a dúvida suscitada pelo edital, formulada por interessado em participar do certame.
Escola de Perdão e Reconciliação (Es.Pe.Re.)	Espaços comunitários de encontro onde os participantes, com auxílio de um técnico, aprendem a superar conflitos íntimos que dificultam a interação e construção da própria identidade. As Es.Pe.Res. são programas destinados a prevenir a escalada da violência. As reuniões têm lugar no espaço do Juizado, guiadas por técnicos da PUC-Rio, em convênio com o Tribunal de Justiça.
Escopo de auditoria	Abrangências e limites de uma auditoria; inclui a descrição da localização física, as unidades organizacionais, as atividades e processos de trabalho, bem como o tempo estimado para sua realização.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Especialista	Profissional que tem conhecimento e experiência específicos no assunto a ser auditado e acompanha a equipe de auditoria com o fim de prestar esclarecimentos, se necessários.
Espécie de Legislação	Campo do sistema informatizado (SABIA) reservado à especificação do tipo de ato oficial a ser cadastrado.
Estágio curricular	Atividade de aprendizagem prática proporcionada ao estudante, com o objetivo de contribuir na sua formação acadêmica.
Estatuto de Advocacia da OAB (EAOAB)	Diploma que disciplina os direitos e deveres do Advogado (Lei nº 8.906/94).
Estratégia para a Contratação	Documento que contém as informações necessárias e suficientes para subsidiar as decisões das demais áreas do órgão envolvidas no processo administrativo de contratação.
Etiqueta com Código de Barras	Adesivo colado na capa, contendo o número e o nome do processo em segunda instância e seu respectivo código de barra, bem como a sigla do autuador e do PJERJ.
Etiqueta de distribuição	Adesivo colocado na capa e nos autos do feito originário ou recurso distribuído, informando o tipo do feito originário ou recurso, o nome do Desembargador Vice-Presidente, a data, a forma de distribuição, o órgão julgador e o nome do Relator.
Etiqueta de Identificação	Adesivo colado na capa do processo, contendo resumo dos dados constantes do Termo de Recebimento, Autuação, Prevenção e Registro.
Etiqueta de redistribuição	Adesivo colocado na capa e nos autos do feito originário ou recurso redistribuído, informando o tipo do feito originário ou recurso, o nome do Desembargador Vice-Presidente, a data, a forma de redistribuição, o órgão julgador e o nome do Relator.
Etiqueta de Registro (selo)	Adesivo colado à correspondência que confere caráter de “registrada”.
Evidência de auditoria	Registros, apresentação de fatos ou outras informações verificáveis pertinentes aos critérios de auditoria.
Excel	Ferramenta do Microsoft Office utilizada na criação de planilhas eletrônicas.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 29 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Exclusão de contas de rede	Remoção do login de usuário.
Executável	Arquivo atualizável que executa as rotinas do Sistema.
Expediente	Qualquer documento protocolizado, cadastrado e sem capa.
Expediente judicial	Documento cujo conteúdo é essencialmente judicial; espécie do gênero expediente.
Facilitador do SIGA	Servidor lotado em Núcleo Regional (NUR) responsável pela multiplicação dos elementos componentes do Sistema Integrado de Gestão adotado no PJERJ.
Falha de segurança	Evento decorrente do não-cumprimento dos procedimentos de segurança.
Fazenda pública	Denominação genérica que, historicamente, designa os recursos financeiros geridos pelo Tesouro, seja o da União, dos Estados ou dos Municípios (fonte orçamentária código 00).
Feitos de diminuta complexidade	Recursos Cíveis e Reexame Necessário que envolvam matérias relacionadas a acidente de trabalho, medicamentos, seguro DPVAT, despejo, execuções fiscais e todas as matérias sumuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Ficha Cadastral Cartorária	Formulário encaminhado pelo Titular/ Delegatário/ Responsável pelo Expediente/ Interventor relacionando os prepostos autorizados a solicitar e receber selos de fiscalização.
File system	Conjunto de discos físicos agrupados em um disco lógico, a nível de sistema operacional.
Firmar	Ato pelo qual a Diretoria Geral de Logística formaliza o contrato, mediante a assinatura do respectivo termo ou instrumento equivalente.
Fiscal de contrato	Servidor representante da unidade demandante, com o conhecimento necessário e suficiente para fiscalizar a execução física do contrato, responsável pelas anotações das ocorrências em registro próprio; é o “agente de campo” do contrato, como representante da Administração (Lei federal nº 8.666/93, art. 67).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Fiscal de Contrato de TI	1.Fiscal Demandante: servidor representante da unidade demandante responsável por realizar o acompanhamento da execução física do contrato e dos seus aspectos funcionais; 2.Fiscal Técnico: servidor da DGTEC, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da STIC; 3.Fiscal Administrativo: servidor da DGLOG, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.
Fiscal do Convênio	Servidor designado para executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização de convênios. É o “agente de campo” do convênio, que desempenha o papel de “representante da Administração” de que trata o art. 67 da Lei federal nº 8.666/93.
Fiscalização descentralizada	Fiscalização conjunta de um contrato por dois ou mais fiscais, cada qual com suas atribuições e competências técnicas previamente definidas.
Fiscalização judicial	Ação destinada a verificar, in loco, uma notícia de irregularidade.
Fita matriz	Fita com edição definitiva da gravação do evento.
Folha de antecedentes criminais (FAC)	Documento fornecido pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco para a instrução de processos judiciais, obtido, em regra, através de sistema informatizado desenvolvido pelo DETRAN-RJ.
Formalizar	Ato pelo qual a Administração e o contratado oficializam, em instrumento próprio, as regras previamente estabelecidas e aceitas na competição, para a execução do objeto licitado.
Formulário	Qualquer instrumento, independentemente do suporte, com o fim de permitir registros de processos de trabalho.
Formulário Inválido	Formulário que apresenta rasura ou multiplicidade de marcações que impeçam a leitura ótica ou a digitação de código numérico.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Fóruns permanentes	Eventos com atividades constantes (conferências, seminários, encontros, debates em mesa-redonda e palestras abertas ao público) realizados por grupos de excelência em diversos campos do saber jurídico e da atividade judicial.
Fundo Documental	A principal unidade de arranjo estrutural no arquivo permanente, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos.
Fundo EMERJ	Fundo destinado a dotar a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ dos meios orçamentários e financeiros necessários à realização de suas finalidades legais, especialmente quanto à seleção de candidatos à magistratura do Estado, à formação do magistrado estadual e ao aperfeiçoamento de Magistrados.
Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ)	Produto de receitas especificadas por lei, destinadas à realização de determinados objetivos ou serviços por meio de dotação consignada na Lei de Orçamento.
Garantia balcão	Modalidade de cláusula de garantia em que o equipamento é levado até o posto da autorizada para o atendimento.
Garantia on site	Modalidade de cláusula de garantia em que a autorizada envia um técnico para o atendimento mediante solicitação de serviço pelo PJERJ.
Garantia residente	Modalidade de cláusula de garantia em que os técnicos ficam residentes no PJERJ.
Gerar orçamento	Orçamento elaborado com o objetivo de obter recurso não previsto e necessário à execução do serviço solicitado.
Gestor de contrato	Servidor representante da unidade demandante, com o conhecimento necessário e suficiente para planejar a contratação, sendo responsável pela elaboração do respectivo documento de referência e o gerenciamento do curso do contrato.
Gestor de Convênios	Servidor designado para executar, com base nas informações de fiscalização, a gestão administrativa e financeira de convênios. É o "agente de escritório" do convênio.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
GRERJ inidônea	GRERJ com autenticação que a instituição bancária considera fraudada.
GRERJ não localizada	Dificuldade na rastreabilidade ou na recuperação de GRERJ.
Grupo de Apoio às Serventias(GAS)	Equipe de servidores lotados na Divisão de Fiscalização Judicial (DIFIJ) e estagiários de Direito disponibilizados à DGFAJ, credenciados para apoio em serviços cartorários.
Grupo de controle	Equipe da própria Divisão que vai operar o sistema pela primeira vez, utilizando as instruções do manual ou roteiro.
Grupo Emergencial de Auxílio Programado Cartorário (GEAP-C)	Equipe de servidores pertencentes a várias unidades, credenciados para apoio em serviços cartorários.
Guia	Servidor indicado pela unidade auditada, para acompanhar o trabalho da equipe de auditoria, sem interferir em sua atuação.
Guia de entrega	Documento de controle, preenchido pelo serviço de malote, para encaminhamento de expedientes.
Guia de Entrega em Mãos	Documento de controle, confeccionado pelo SEARQ, para entrega de correspondências aos destinatários localizados no complexo do Fórum Central.
Guia de Postagem	Documento eletrônico, capturado pelos usuários do sistema DCP conforme as diversas modalidades de postagem, que acompanha os objetos postados. (ou ainda apresentado como formulário (FRM) pelas unidades a serem inseridas no SISCOR)
Guia de Postagem Registrada	Documento que acompanha os objetos postados.
Guia de Recolhimento (GREC)	Documento contábil-financeiro originalmente empregado para o registro e o controle dos valores arrecadados a título de receitas do PJERJ, substituído pela Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ).
Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ)	Documento destinado ao recolhimento das receitas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, vertidas ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ e demais instituições autorizadas.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica (GRERJ eletrônica)	Documento emitido eletronicamente destinado ao recolhimento das receitas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, vertidas ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ e demais instituições autorizadas.
Guia de Remessa	Documento de controle, confeccionado pela unidade remetente para encaminhamento de documentos.
Guia de Resumo Mensal de Correspondência	Documento eletrônico, capturado pelos usuários do sistema DCP, onde a unidade organizacional relaciona o quantitativo de postagens emitidas no mês. (ou ainda apresentado com formulário (FRM) pelas unidades a serem inseridas no SISCOR).
Guia de retorno	Segunda via da guia de remessa, devolvida posteriormente pelo destinatário, por mensageiro, comprovando o recebimento do expediente.
Guia Verde	Guia de material para compras de bens cujas especificações atendam a requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas por órgãos reguladores e entidades credenciadas competentes, de acordo com a legislação respectivamente aplicável.
Habeas Corpus (HC)	Ordem judicial que protege quem sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
Habilidade	O saber fazer, a capacidade de utilizar e de por em prática determinados conhecimentos.
Hardware	Componente físico dos equipamentos de informática.
Homologação de titulares ou de suplentes de Juiz de Paz	Ato de aprovação e ratificação de indicação para o preenchimento de vaga, renovação de investidura ou substituição de juiz de paz, exarado pelo Conselho da Magistratura.
Homologar	1. Confirmar a validade e a pertinência de todos os atos praticados em procedimento licitatório. 2. Testar os sistemas e suas versões.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Imagem	Arquivo gerado por um aplicativo, capaz de replicar com exatidão todas as informações existentes em um computador para outros computadores. Tem por finalidade a produção de estações de trabalho do PJERJ, com configuração padronizada de sistemas e aplicativos.
Impacto orçamentário-financeiro	Cálculo destinado a apontar o reflexo de determinada despesa a ser implementada em relação ao orçamento vigente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e em observância às diretrizes da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.
Impedimento	Desvincular o Desembargador da relatoria dos feitos em razão dos personagens envolvidos (Partes, Advogados, Promotores, Peritos, Juízes).
Implementação	Ação de treinar os envolvidos em um processo de trabalho, com o fim de habilitá-los à execução de atividades em conformidade com os requisitos relacionados na respectiva RAD.
Impressos codificados	Documentos utilizados nas atividades do PJERJ e identificados por códigos específicos para este fim.
Impressos não-codificados	Documentos utilizados nas atividades do PJERJ que não possuem códigos de identificação, em razão de terem pequena escala de produção ou utilização assistemática.
Impugnação das contas	Ato exarado pelo Ordenador de Despesa, desaprovando, total ou parcialmente, despesas realizadas por adiantamento.
Impugnar	Ato pelo qual cidadão ou interessado aponta a existência de irregularidade ou ilegalidade em edital de licitação.
Incidente	Peça acessória que sobrevém no curso do processo judicial (CPP, arts. 92 a 94, 145 e 149, Lei nº 6.368/76, art. 23 §1º).
Incidente de segurança	Evento originado pela ação, delituosa ou não, que afete ou ponha em risco o patrimônio, servidor ou usuário do Poder Judiciário.
Indexação	Ato de identificar, por intermédio do padrão mínimo de indexação e aglutinar, por meio digital, as peças físicas de autos físicos digitalizados.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Indicação de titulares ou suplentes de Juiz de Paz	Proposta de investidura ou substituição de titular ou de suplentes da Justiça de Paz, cuja iniciativa cabe ao Juiz de Direito responsável pelo Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) de cada circunscrição ou distrito das comarcas.
Indicador	Dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), as saídas (produtos), bem como o andamento dos processos de trabalho.
Indicador de acompanhamento	Monitora a evolução de um processo de trabalho sem indicar o desempenho da unidade que o monitora. Como se trata de indicador que depende de outras unidades, não é exigível estipulação de metas
Indicador de desempenho	Indica a produtividade da unidade que o monitora num determinado processo de trabalho, utilizando-se fórmula matemática com mais de um elemento. Como seu resultado traduz o desempenho da equipe, análise crítica (análise de dados), ações gerenciais e estipulação de metas são exigíveis.
Indicador de Efetividade	Além de indicar a produtividade e o custo envolvido, apresenta fatores relacionados à qualidade ou sustentabilidade. Como seu resultado traduz desempenho, a eficiência e efetividade dos trabalhos de equipe, análise crítica (análise de dados), ações gerenciais e estipulação de metas são exigíveis.
Indicador de Eficiência	O indicador considera o custo gerado para obtenção daquele resultado. Além de indicar a produtividade da unidade, traduz a relação "custo x benefício" do espaço empreendido para se chegar àquele resultado. Como seu resultado traduz o desempenho e a eficiência da equipe, análise crítica (análise de dados), ações gerenciais e estipulação de metas exigíveis
Infecção / contaminação	Ato ou efeito de instalação de programa malicioso em um sistema.
Inscrição genérica	Identificação de credor e/ou bem, atribuída pela SIAFEM.
Inspeção judicial	Verificação destinada a coletar informações de interesse da Administração.
Instância	Grau de jurisdição.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Instituidor da pensão	Servidor falecido.
Instrutor externo	Pessoa física autônoma autorizada pela direção da ESAJ ou indicada por instituição contratada pelo PJERJ para ministrar aulas nos cursos programados, integrantes do cadastro de instrutores do Sistema de Controle de Cursos ESAJ (SCC).
Instrutor interno	Servidores, ativos ou inativos, titulares de cargo de provimento efetivo, titulares de cargo de provimento em comissão do PJERJ e membros da Magistratura Estadual, cadastrados para ministrar aulas na ESAJ.
Integração específica	Apresentação de novo servidor ou colaborador, de qualquer categoria, à equipe de trabalho da unidade organizacional que o recebe, bem como sua preparação técnica essencial às tarefas de sua responsabilidade.
Integração geral	Apresentação a novo servidor ou colaborador, de qualquer categoria, do SIGA/PJERJ e da cultura do PJERJ.
Integrante Administrativo	Servidor representante da DGLOG, responsável por apoiar e orientar a unidade demandante e a DGTEC nos aspectos administrativos da contratação. Integra a equipe de Planejamento da Contratação de STIC.
Integrante Demandante	Servidor representante da unidade demandante, responsável pelos aspectos funcionais da STIC e pela condução dos trabalhos da equipe de Planejamento da Contratação da STIC.
Integrante Técnico	Servidor representante da DGTEC, responsável pelos aspectos técnicos da STIC a ser contratada. Integra a equipe de Planejamento da Contratação de STIC.
Interface amigável	Qualidade de um sistema referente à facilidade de interação com os usuários, bem como a clareza com que as informações são obtidas.
Interpelação	Intimação judicial ou extrajudicial de alguém, para que responda ou se explique sobre determinado fato que imputou ao interpelante.
Intimação	Comunicação de decisão da autoridade judiciária que enseja manifestação processual do destinatário, sob pena de preclusão (CPC, artigos 234-242).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Intranet	Rede baseada na tecnologia da Internet, com a finalidade de compartilhar informações entre os usuários internos do PJERJ, devidamente autorizados.
Inventário Físico	Levantamento, manual, das quantidades existentes em estoque.
Item	Número fornecido pelo Sistema de Acompanhamento de Solicitações (EQUIPA) automaticamente e individualmente a cada equipamento de informática cadastrado.
Item Documental	A menor unidade arquivística materialmente indivisível. Ex.: ofício, autos processuais judiciais ou administrativos.
Juiz de paz	Cidadão nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça para celebrar casamentos (Resolução N° 06/97 do Conselho da Magistratura).
Juiz Integrante da Comissão de Iniciação e Vitaliciamento de Magistrados	Magistrados da mais elevada entrância de 1° grau, com a função de acompanhar as atividades desenvolvidas pelos juízes vitaliciandos, orientando-os e aconselhando-os. (Art. 12 , III da Resolução 04/2002).
Juiz Leigo	Função Pública exercida junto aos Juizados Especiais Cíveis, constituindo-se em mais uma modalidade de estágio.
Juiz natural	O magistrado a quem cabe conhecer e julgar a demanda, que lhe foi remetida mediante distribuição aleatória.
Juiz Orientador	Juiz titular da Vara para a qual é designado o juiz vitaliciando, com o objetivo de desenvolver a parte prática do curso; responsável pela orientação do vitaliciando neste primeiro contato com o desempenho da carreira de magistrado.
Juiz vinculado	Juiz em exercício, mas que ainda é responsável por processos que despachou quando de designações em outros Juízos (CPC, art. 132).
Juiz vitaliciando	O juiz enquanto durar o processo de seu vitaliciamento, que ocorre em dois anos, ressalvados os casos de prorrogação.
Juízes Supervisores do CIM	Juízes designados pela Diretoria-Geral da EMERJ, para o exercício das atividades descritas no Art. 7° do Ato Regimental n° 04/2004.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Julgamento em mesa	Julgamento de processo que dispensa prévia intimação e no qual não cabe sustentação oral, ou que verse sobre matéria administrativa de ordem interna, devendo ser retratado em acórdão.
Julgamento em pauta	Julgamento de processo em dia que consta de edital, publicado no Diário Oficial com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da respectiva sessão, devendo ser retratado em acórdão.
Juntar	Inserir expediente nos autos de um processo, com a devida atualização no sistema informatizado. O mesmo que entranhar. Termo associado: juntada.
Jurisdição	Função da soberania do Estado, exercida pelos juízes, que consiste em dirimir litígios entre particulares ou entre Estado e particulares.
Jurisprudência	Conjunto de decisões finais que, quando reiteradas, expressam o entendimento dominante dos órgãos jurisdicionais que integram determinado tribunal (p.ex., jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro etc.), ou dos tribunais em matéria especializada (p.ex., jurisprudência trabalhista, jurisprudência tributária, jurisprudência eleitoral etc.).
Justificação	Medida cautelar, sem caráter contencioso, destinada a comprovar a existência de fato ou relação jurídica com o fim de servir como documento ou como prova em favor do requerente, na ação principal.
Lançamento incorreto de dados constantes de certidão	Dados de certidão de débito incompletos ou transcritos incorretamente pelas serventias para o banco de dados do sistema informatizado.
Lauda	Folha datilografada/digitada pelo órgão remetente, em formulário-padrão (gabarito oficial) fornecido pela Imprensa Oficial, encaminhada para a publicação do respectivo texto.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Estabelece metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração do Orçamento, dispondo sobre alteração na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 39 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Lei de Orçamento Anual (LOA)	Elaborada em compatibilidade com o PPA e as diretrizes previstas na LDO, compreendida do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.
Leitor ótico	Dispositivo usado para identificar o número dos autos pela leitura do código de barras impresso na capa.
Liquidação	Verificação do direito do credor ao pagamento, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
Liquidação da despesa	Verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, sendo esta a segunda fase de execução administrativa da despesa pública.
Liquidar	Verificar o direito do credor ao pagamento, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios dos respectivos créditos.
Lista de Verificação (LV)	Relação de requisitos e itens básicos que devem ser verificados durante auditoria interna.
Lista Mestra	Documento, em geral sob a forma de rol ou tabela, com as informações de configuração atualizada de todos ou de parte dos documentos do Sistema Normativo Administrativo do PJERJ. Uma lista mestra contém, pelo menos, as seguintes informações sobre o documento: código, título, versão e data de vigência.
Livro tomo	Livro de registro de processos judiciais iniciados.
Login	Nome utilizado pelo usuário para acessar os recursos computacionais da rede corporativa do PJERJ.
Lotação	Unidade organizacional (UO), administrativa ou jurisdicional, de exercício do servidor.
Lote	1. Conjunto de autos processuais para empréstimo. 2. Determinada quantidade de objetos e/ou documentos, geralmente da mesma natureza. Também refere-se ao documento no qual são relacionadas as SMS e respectivos materiais.
Maço	Conjunto de autos processuais reunidos para remessa ao arquivo.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Macroprocessos	Processos de trabalho que formam a espinha dorsal das atividades-fim e meio.
Malote	Saca destinada ao encaminhamento de correspondências agrupadas, que acondicionam peso de até 20 (vinte) quilogramas.
Mandado citatório	Instrumento da citação, assinado por magistrado ou servidor, se por este com a declaração de que o faz por ordem daquele, e de que constam o nome de autor(es) e réu(s), e seus respectivos domicílios, sua finalidade e o prazo para resposta/comparecimento a audiência (CPC, art.225).
Mandado de Segurança	Garantia constitucional que visa à proteção de direito líquido e certo de um indivíduo ou grupo de indivíduos contra ato de autoridade.
Mandado Judicial	Ato escrito emanado de autoridade judicial em virtude do qual deve ser cumprida uma diligência ou medida que ali se ordena.
Mandado Judicial Eletrônico	É aquele mandado gerado pela Serventia diretamente no sistema informatizado e, depois de assinado eletronicamente pelo Juiz, será encaminhado à Central de Mandados encarregada de seu cumprimento.
Mandato	Procuração ou substabelecimento que outorga poderes, com ou sem reserva (CPC, artigos 36-40).
Manual	1. Documento complementar à RAD com o fim de reunir informações acerca de aplicativos (softwares), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos etc., que, por razões de ordem prática e técnica, deva permanecer em separado das rotinas administrativas. 2. Instruções completas de acesso a sistemas corporativos.
Manutenção corretiva	Destina-se a reparar equipamentos eletromecânicos que apresentem qualquer tipo de falha em seu funcionamento.
Manutenção de hardware	Manutenção de equipamentos de informática em geral (micros, impressoras etc.).
Manutenção de sistemas	Atividade de modificação de um sistema informatizado, seja em resposta ao surgimento de novos requisitos ou para aperfeiçoar funcionalidades já existentes.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Manutenção preventiva de equipamento eletromecânico	É a conservação periódica que possibilita verificar em que condições se encontram os diversos elementos do sistema, corrigindo ou ajustando-os, com o objetivo de garantir a continuidade do seu perfeito funcionamento. Pode ser dividida em inspeções mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais.
Mapa diário de composição	Listagem diária relacionando o nome dos Desembargadores que compõem o Órgão Especial e as Câmaras.
Máquina desidentificadora	Máquina numeradora que perfura todas as folhas de questões de uma prova de concurso, inserindo um número que é utilizado para impedir a identificação do autor da prova durante a respectiva correção.
Materiais de consumo	São aqueles que perdem identidade mediante o uso, tendo ao menos uma das seguintes características: fragilidade, deteriorabilidade, transformabilidade, incorporabilidade e limitada durabilidade (Lei nº 4320/64, art. 15, § 2º). Dividem-se em materiais de expediente, impressos e de informática.
Material de expediente	São os materiais de escritório, como lápis, caneta, pasta, tinta para carimbo, caixa para arquivo morto e clips, entre outros.
Material de Informática	São os insumos para equipamentos de informática, como disquete, CD, formulário contínuo, cartucho para impressora a jato de tinta e fita para impressora matricial, entre outros.
Material Impresso	São os impressos confeccionados pela Divisão de Artes Gráficas do PJERJ, como bloco de rascunho, papel ofício com timbre, capas de processo, formulários e cartazes, entre outros.
Material permanente	Bens que não perdem sua identidade física e/ou constituem meio para a produção de outros bens e serviços.
Matriz de competência	Instrumento no qual são relacionadas as competências profissionais e os requisitos para papéis profissionais a serem desempenhados nas unidades organizacionais do PJERJ.
Matriz de competências e Requisitos	Instrumento no qual são relacionadas as competências profissionais e os requisitos para cada papel profissional a ser desempenhado nas unidades organizacionais do PJERJ.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Matriz de competências requeridas	Instrumento no qual estão relacionadas as competências requeridas para cada cargo/função nas unidades organizacionais do PJERJ, fornecendo informações para um melhor aproveitamento do potencial identificado e, conseqüentemente, uma lotação mais adequada do servidor.
Média	É o valor mais provável do resultado de um processo de trabalho.
Mediação	É o processo confidencial e voluntário em que a responsabilidade pela construção das decisões cabe às partes envolvidas, conduzida por um mediador.
Mediador	Terceiro imparcial que facilita a comunicação entre as pessoas sob confidencialidade. Pode ser do quadro do Tribunal ou não.
Melhoria contínua	Atividade recorrente para aumentar a capacidade de atender a requisitos do Sistema Integrado de Gestão (SIGA) e a satisfazer os usuários.
Melhoria da qualidade	Parte da gestão da qualidade focada no aumento da capacidade de atender aos requisitos da qualidade.
Mensageiro	Prestador de serviço terceirizado, com identificação própria, subordinado à Divisão de Mensageria, do Departamento de Correio, da Diretoria Geral de Logística, autorizado a receber e entregar expedientes nos órgãos atendidos pelo Serviço.
Mensagens indesejadas (SPAM)	Considera-se SPAM o envio em massa de e-mails para usuários que não os solicitaram de forma explícita ou com os quais o remetente não mantenha qualquer vínculo de relacionamento pessoal e/ou profissional, e cuja quantidade comprometa o bom funcionamento da rede.
Mensageria externa	Entregar expedientes remetidos pelo PJERJ a órgãos públicos localizados na periferia do Foro Central da Comarca da Capital.
Mensageria Interna	Serviço que retira, movimenta, recebe e entrega, internamente, expediente de todas as unidades organizacionais localizadas no Foro Central da Comarca da Capital.
Metadados	Informação descritiva e estrutural sobre os dados.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 43 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Metamodelos	Modelo de dados dos objetos que armazenam os metadados.
Metas não alcançadas	Metas estabelecidas no Plano de Ação Governamental e não alcançadas.
Ministério Público (MP)	Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis e a promoção da ação penal pública.
Missão	Imagem que procura retratar o objeto ou a área de atuação, a extensão organizacional e a dimensão social em que se insere o PJERJ.
Modelagem incompleta de aplicativos do sistema informatizado	Rotinas não desenvolvidas na sua totalidade ou ainda não iniciadas.
Movimento	Lançamento no sistema informatizado.
MP (mão própria)	Serviço adicional prestado pela EBCT, segundo o qual o remetente recebe a garantia de que o objeto postado será entregue exclusivamente ao destinatário
Não conformidade (NC)	Não atendimento à necessidade ou expectativa que é expressa, geralmente, de forma implícita ou obrigatória.
Não conformidade (NC) (auditoria externa)	<ol style="list-style-type: none">1. Ausência, falha na implementação ou manutenção de um ou mais elementos requeridos pelo sistema de gestão, ou situação na qual, com base nas evidências objetivas, pode gerar dúvidas quanto à capacidade do sistema de gestão em alcançar os objetivos da norma de referência;2. Ausência ou incapacidade total do Sistema atender a um elemento da norma de referência ou à norma como um todo;3. Também pode ser caracterizada a partir de um grande número de preocupações, constatadas ao longo da avaliação do SIGA em um único elemento da norma.
Não conformidade (NC) (auditoria interna)	Não atendimento à necessidade ou expectativa que é expressa, geralmente, de forma implícita ou obrigatória.
Não cumprimento de prazo	Processo judicial ou administrativo com prazo legal e/ou institucional excedido (CPC, artigos 177-199).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Nome Padrão	Nome dado a um equipamento, que o identifica na rede e serve para que se reconheça sua localização administrativa. Pode conter até 15 caracteres, executando-se caracteres especiais.
Nomeação	Ato formal de preenchimento de vaga de juiz de paz, titular ou suplente, privativo do Presidente do TJERJ.
Norma	Ato que define padrão regulador, originário de autoridade(s) ou de órgão(s) que compõe(m) a Administração Superior do PJERJ.
Nota de Autorização de Despesa (NAD)	Documento destinado a evidenciar a permissão dada por autoridade competente para a realização da despesa.
Nota de autorização de despesa de anulação	Documento destinado a evidenciar a permissão dada por autoridade competente para a anulação de despesa.
Nota de débito	Documento encaminhado à Procuradoria da Dívida Ativa para fins de inscrição do débito discriminado e especificado.
Nota de Empenho (NE)	Documento emitido pelo Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (SIAFEM/RJ), comprobatório da formalização de dedução do valor da despesa no saldo disponível da dotação orçamentária, no âmbito da Administração Pública Estadual.
Nota de Lançamento (NL)	Documento destinado ao registro contábil, no SIAFEM/RJ, de direitos e deveres da Administração Pública Estadual.
Nota de Liquidação	Documento destinado a comprovar a regularidade da liquidação da despesa, devendo ser certificado por profissional habilitado em contabilidade.
Nota de Recebimento de Material - NRM	Documento emitido pelo SISMAT, onde se confirma o recebimento de materiais, gerando dados para o ARM.
Nota de Recebimento de Material (NRM)	Documento emitido pelo SIGAF, onde se confirma o recebimento de materiais, gerando dados para o ARM.
Notícia-crime	Relato feito pela vítima do fato criminoso perante a autoridade policial.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Notificação Administrativa	Documento expedido ao licitante ou contratado com a finalidade de dar-lhe ciência da instauração de procedimento destinado à apuração de falta a ele imputada, oferecendo-lhe oportunidade para manifestação nas fases processuais de defesa prévia, de alegações finais, de diligências e de decisão, obedecidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Notificação Judicial	Ato judicial escrito, emanado do juiz, pelo qual se dá conhecimento a alguém do propósito do notificante em relação a bem ou direito de interesse comum.
Núcleo auxiliar recíproco de oficiais de justiça avaliadores (NAROJA)	1- Unidade responsável pela distribuição de mandados das Varas de Família, instituída pelo Provimento CGJ nº 35, de 21/05/2002. 2 - Unidade responsável pela distribuição de mandados das Varas de Criminais, instituída pelo Provimento CGJ nº 20, de 16/05/2007.
Núcleo Descentralizado de Informática(NDI)	Salas de informática distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro, para atendimento imediato a problemas que ocorrem nas comarcas e regionais, fora do Foro Central da Comarca da Capital.
Núcleos básicos	Membros de Fóruns Permanentes, compostos por um presidente, um vice-presidente e mais dois a quatro membros designados pelo diretor-geral.
Objetivo da Qualidade	Aquilo que é buscado ou almejado, no que diz respeito à qualidade, baseados na política da qualidade da organização.
Objetivo Estratégico	Aquilo que é buscado e almejado pela Organização como um todo, de forma ampla e global.
Obra de Referência	Obra de consulta eventual, contendo definições ou comentários sobre assuntos específicos ou sobre todo o conhecimento humano.
Obra Rara	Qualquer publicação incomum, difícil de encontrar, e com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado. Possui, portanto, alto valor histórico e monetário.
Observação (OBS) (auditoria interna)	Falha isolada ou temporária, constituindo-se má prática, que pode afetar a qualidade do produto ou serviço.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Oficial de Justiça Avaliador (OJA)	Denominação funcional dada ao analista judiciário na especialidade de Execução de Mandados pela Lei 4.620 de 11/10/2005, cuja função é dar cumprimento às ordens judiciais (CPC, artigos 143-144).
Ofício	Instrumento que veicula mensagem ou determinação de autoridade pública a outra ou a um particular, em caráter oficial.
Operadores de Informática	Funcionários do DEPRO, com conhecimento técnico suficiente e formação necessária, que prestam atendimento técnico e orientação aos usuários.
Oportunidade de Melhoria (OM) (auditoria externa)	Falha localizada comprovadamente não generalizada, falha esta que não possui relevância e impacto sobre a atividade auditada; desconforto da equipe auditora; falha potencial que não é evidenciada pela equipe auditora, mas que a experiência do auditor indica uma não conformidade futura.
Optivity Campus	Software que monitora os equipamentos de rede.
Orçamento	Previsão de recursos (receitas e despesas), estabelecidos segundo objetivos e metas traçados pela Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do Estado do Rio de Janeiro, para cada exercício financeiro (anual).
Ordem de Serviço (OS) - SICS	Documento gerado a partir de uma Solicitação de Serviço do Sistema Integrado de Controle de Solicitações (SICS) para a realização de serviço por um órgão solucionador.
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, cujas finalidades são: I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas; II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.
Ordenador de Despesa	Toda autoridade cujos atos resultem em reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento de fundos ou dispêndio de recursos do Estado, ou pelos quais este responda.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Organismo de Certificação Credenciado (OCC)	Organismo público, privado ou misto, sem fins lucrativos, de terceira parte, que atende aos requisitos de credenciamento estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). O OCC tem por finalidade certificar a conformidade do sistema de gestão da qualidade de uma organização.
Órgão Gestor (patrimonial de bens móveis)	Unidade organizacional que tenha competência para a distribuição, o controle e a manutenção de bens permanentes.
Órgão Gestor do Contrato ou do Convênio	Departamentos que contemplam os gestores dos convênios, dos contratos de serviços, de obras e de compras de material, tais como o Departamento de Contratos e Atos Negociais da Diretoria Geral de Logística (DGLOG/DECAN), a Diretoria Geral de Engenharia (DGENG) e o Departamento de Patrimônio e Material da Diretoria Geral de Logística (DGLOG/DEPAM).
Órgão Julgador	Unidade organizacional com a função de conhecer, processar e julgar ações originárias ou recursos de sua competência.
Órgão Julgador de Origem	Unidade organizacional por onde tramitou o processo.
Órgão Técnico do Convênio	Unidade do PJERJ que detém o conhecimento técnico da matéria objeto do convênio.
Órgãos de periferia	Órgãos públicos localizados próximos ao Foro Central da Comarca da Capital.
Outorgar	Ato de autorizar, consentir ou delegar poder para que se execute ato ou se pratique qualquer ação vedada a outrem sem tal consentimento ou autorização.
Papel profissional	Conjunto de atribuições e expectativas relacionadas ao comportamento profissional de um indivíduo na instituição.
Parecer técnico	Informação elaborada pela DIAGR, constante de campo próprio do Formulário de Solicitação de Serviços Gráficos (FRM-DGLOG-012-01), decorrente de análise crítica, com o fim de avaliar as solicitações de serviços gráficos, com base em critérios técnicos, e concluir pela viabilidade e conveniência da execução do trabalho.
Parte	Autor ou réu de um processo judicial, cível ou criminal.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 48 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Parte hipossuficiente	Parte que se presume, admitida prova em contrário, sem condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado.
Partes interessadas	Todas as instituições, internas ou externas, que interagem com a gestão do PJERJ, a exemplo de usuários, servidores, comunidade, sociedade em geral, governos das três esferas de poder, fornecedores etc.
Patches	Pacote de software fornecido pelo próprio fabricante, que visa à correção de eventuais bugs ou à atualização com a incorporação de novas funcionalidades.
Pauta administrativa	Lista de processos a serem julgados na sessão que trata de matéria administrativa do PJERJ
Pauta contenciosa	Lista de processos judiciais que tratam de matéria litigiosa.
Pauta externa de julgamento	Lista dos processos a serem julgados, com nome das partes e relator, destinada à publicação.
Pauta interna	Detalhamento da pauta na qual constam os processos e nomes das partes e do relator, utilizada somente na secretaria do órgão julgador.
P-D-C-A	Letras indicativas das ações de planejar-executar-controlar-agir corretivamente, tradução das palavras da língua inglesa plan-do-check-action, que estabelecem a seqüência lógica de execução de processos de trabalho, com o fim de obter produtos ou serviços na qualidade especificada.
Peça	Escrito judicial ou documento que é entranhado nos autos de um processo judicial ou administrativo.
Peças integrantes	Peças processuais (relatórios, sentenças, pareceres) que podem, por determinação de desembargador participante do julgamento, ser integradas a acórdão ou decisão monocrática.
Peças processuais	Todo documento a ser apreciado pelo julgador, constante de processo.
Pedido incidente de autenticação	Pedido de autenticação necessária para instruir certidão fora dos autos.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Pensão	Benefício previdenciário concedido a dependente de servidor ou magistrado falecido.
Periódico	Publicação seriada de periodicidade prefixada, cujas unidades são geralmente constituídas por textos de autoria diversa (Ex.: revistas, boletins, informativos, etc..).
Permissão de uso	Utilização do bem público por terceiro, com ou sem ônus, a título precário, em benefício da coletividade.
Pesquisa de conferência	Ato de conferir se existe no acervo da Biblioteca o livro arrolado no catálogo da editora, nas sugestões dos usuários e nas relações de livros para compra dos processos de compra em andamento.
Petição	Peça escrita que, no curso do processo, descreve fatos, alega direitos e formula pedidos a serem examinados e decididos, ouvida a parte adversa, se devido o contraditório.
Petição inicial	Peça escrita que descreve fatos, alega direitos e formula pedidos em face da parte adversa, dando início ao processo judicial.
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI)	Instrumento que declara as iniciativas estratégicas da área de TI e Comunicação, que deverão ser executadas em período determinado, harmonicamente com os objetivos estratégicos do órgão.
Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	Instrumento que define os objetivos, as estratégias e os indicadores de desempenho a serem alcançados pelo órgão em um período determinado.
Plano de Ação	Planejamento documentado, com o fim de proporcionar e mensurar a execução de atividades planejadas, facilitando alcançar os resultados previstos. A parametrização contempla as ações previstas, prazos e responsáveis.
Plano de Ação Governamental (PAG)	Instrumento detalhado em Projetos PAG e Ações, destinado ao planejamento estratégico da gestão de investimentos, ao controle e à transparência dos recursos financeiros atinentes ao PJERJ, de modo a atender às determinações da Lei Complementar nº 101/2000(LRF)
Plano de auditoria	Descrição de atividades e arranjos para uma auditoria.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Plano de Contas Único	Elenco das contas contábeis do SIAFEM, utilizado no âmbito da Administração Pública estadual.
Plano de Contratações de STIC	Conjunto de contratações de STIC a serem executadas com base no PDTIC do órgão.
Plano de desenvolvimento	Conjunto de recursos de desenvolvimento indicados para que determinada competência requerida seja desenvolvida.
Plano de Desenvolvimento Profissional	Modalidade de análise realizada em conjunto pelo gestor e servidor que visa verificar que competências profissionais o servidor necessita desenvolver ou aprimorar, considerando-se o estabelecido na Matriz de Competências do Papel Profissional.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI)	Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de pessoas, de processos e de tecnologia da informação e comunicação, que visa a atender às necessidades de tecnologia de informação e de comunicação de um órgão, em período determinado.
Plano Plurianual (PPA)	Instrumento de planejamento das ações do Governo do Estado em que estão definidas as metas fiscais e financeiras para fins do detalhamento dos orçamentos anuais.
Política da qualidade	Intenções e diretrizes globais de uma organização, relativas à qualidade, formalmente expressas pela Administração Superior.
População da pesquisa	Número de usuários que se dirigem à unidade organizacional, para atendimento, durante período determinado.
Portal corporativo do PJERJ	Meio tecnológico, baseado na WEB, por meio do qual o PJERJ disponibiliza conteúdos e se relaciona com seus usuários internos (portal interno ou intranet) e externos (portal externo ou internet).
Postagem	Expedição de correspondência através de via postal.
PowerPoint	Ferramenta do Microsoft Office utilizada na criação de apresentações.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Prazo de guarda	Prazo definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada. Também chamado de tempo de retenção ou prazo de retenção.
Precatório Judicial	Despesa agrupada numa das Unidades Orçamentárias do Poder Judiciário, cuja inscrição é feita por força da Constituição Federal, art.100.
Preenchimento incorreto de livro de carga ou de cópia	Preenchimento de livro sem completar os campos necessários, sem fazer referência a quantidade de apensos e/ou volumes, ou com erro material.
Pregão eletrônico	Modalidade de licitação para a contratação de bens ou serviços comuns, realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
Preocupação (auditoria externa)	1. Falta de cumprimento aos requisitos do SIGA que o julgamento e/ou a experiência do auditor indiquem que, provavelmente, não afetará a implementação do sistema; 2. Não adequação ou não implementação de parte de um elemento requerido pela norma de referência, que é evidenciada pela equipe auditora.
Preposto	Representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
Prestação de contas de Adiantamento	Procedimento pelo qual o responsável comprova a aplicação dos recursos financeiros concedidos para a realização de despesas.
Prestação de Contas do Ordenador de Despesas	Procedimento pelo qual pessoa física, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Prevenção	Pesquisar eventuais recursos interpostos anteriormente na mesma ação originária ou em ações distribuídas por dependência ou apensadas, entre as mesmas partes ou terceiros interessados, conforme o artigo 33, § 1º, incisos I, II e III do Código de Organização Judiciária e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.
Prevenção de Massas Falidas	É aquela decorrente da distribuição de recursos cíveis interpostos nas ações de falência ou naquelas em que haja conexão com esta, vinculando-se ao Órgão Julgador prevento pela primeira distribuição todas as demais e posteriores situações que guardarem correlação com a originária.
Prevenção Histórica	Prevenção decorrente da distribuição reiterada de recursos cíveis com idêntica causa de pedir, vinculando-se ao Órgão Julgador prevento pela primeira distribuição todas as demais e posteriores situações que guardarem correlação com a originária.
Primeira instância	Primeiro grau de jurisdição, onde atua juízo monocrático.
Processo administrativo	Relação jurídica formal pela qual se desenvolve, mediante a autuação de peças, todo o procedimento de interesse público no âmbito administrativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).
Processo Controlável	Quaisquer Recursos e Feitos Originários que após sua inclusão no aplicativo JUD, receba um número de registro fornecido pelo sistema informatizado.
Processo de prestação de contas	Autuação dos documentos comprobatórios da aplicação de adiantamento.
Processo de trabalho	1. Conjunto de atividades inter-relacionais ou interativas que transformam insumos (entradas) em produtos (saídas). 2. Seqüência de atos coordenados para a realização dos fins estatais.
Processos administrativos não conformes	Descumprimento de determinações internas ou externas, instruídas em processos administrativos, cujo efeito impede a tramitação regular.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Procurador	Profissional do direito (advogado, defensor público, promotor de justiça ou outro) oficialmente responsável pela defesa de parte ou interessado no processo, ou que nele deva funcionar como fiscal da lei (CPC, artigos 36-45 e 81-85).
Produção	Versão liberada para os usuários do Sistema.
Produto	Resultado de um processo de trabalho.
Produto Não Conforme (PNC)	Produto que porte uma ou mais não conformidades.
Programa de auditoria	Conjunto de uma ou mais auditorias planejadas para período de tempo determinado e direcionadas a propósito específico.
Programa de Pesquisa de Jurisprudência (PPJ)	Programa de Inscrição voluntária, disponível aos alunos que estão vinculados ao regime obrigatório. Atualmente o programa visa a atender a solicitação de pesquisas de doutrina, jurisprudência para os Magistrados.
Programa de trabalho (PT)	Estrutura codificada (funcional programática) que permite a elaboração e a execução orçamentária, bem como o controle e o acompanhamento dos planos definidos pela Unidade para determinado período.
Programa PAG	Instrumento de organização dos investimentos do PJERJ, para determinado período, visando à concretização dos objetivos estratégicos pretendidos, com o devido desdobramento em projetos.
Programas maliciosos	Programas instalados no computador do usuário com a intenção de causar danos ao seu sistema, à rede de computadores do PJERJ, ou de subtrair informações. Ex.: vírus, programas espíões.
Projeto	Esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Projeto Básico (PB)	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou serviços, objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (Lei federal nº 8.666/93, art. 6º, IX).
Projeto executivo para obra	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (Lei federal nº 8.666/93, art. 6º, X).
Projeto PAG	Desdobramento de um Programa do Plano Plurianual do Governo do Estado (PPA), caracterizando-se por um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão, criação ou o aperfeiçoamento de ação governamental, acarretando aumento de despesa.
Proposta de transação penal (PTP)	Proposta de pena antecipada, formulada pelo Ministério Público em infrações penais de menor potencial ofensivo.
Proposta Orçamentária Anual	Instrumento de política de gestão responsável, que estima a receita e a despesa para o exercício subsequente, apresentada sob a forma de orçamento-programa.
Protocolizar	Ato de atribuir numeração de protocolo em documento.
Proveniência	Princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo.
Proventos	Renuneração percebida pelo servidor inativo.
Provisionamento	Reserva de valor referente a projeto.
Publicação incorreta	Decisão ou despacho publicado no Diário Oficial de modo a dificultar a identificação do processo a que se refere (p.ex.: CPC, art. 236, § 1º).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Publicação Periódica	Publicação seriada, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc, editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de número internacional normalizado (ISSN).
Quadro de Detalhamento das Receitas e das Despesas (QDRD)	Demonstrativo que detalha as dotações relativas a cada Projeto ou Atividade, até o nível de elemento de receita e despesa por unidade organizacional.
Queixa-Crime	Ato processual por meio do qual o ofendido, ou quem legalmente o represente, deduz em juízo a pretensão punitiva, contendo a inicial, a qualificação do(s) querelado(s), a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas.
Ratificar	<ol style="list-style-type: none">1. Confirmação pela autoridade superior da ocorrência, no caso concreto, de uma das hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação (Lei federal nº 8.666/93, artigos 24, 25 e 26).2. Confirmar, mediante chancela, o que foi anteriormente realizado ou prometido.
Recebimento	O recebimento é o ato pelo qual o servidor público ou prestador de serviço sob a supervisão do chefe do SERMA recebe do fornecedor os materiais adquiridos pelo órgão/entidade, efetuando as conferências necessárias para dar o aceite dos produtos.
Recebimento Definitivo	Ato por meio do qual se declara, na documentação fiscal, que o material recebido está de acordo com as especificações do contrato
Recebimento Provisório	O material adquirido é entregue ao órgão/entidade no local definido, não implicando necessariamente em aceitação.
Recurso	Reexame de uma decisão, pela mesma autoridade ou por outra hierarquicamente superior, visando a obter a sua reforma ou modificação.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Recursos de desenvolvimento	Atividades diversas, como cursos presenciais de capacitação, cursos "on-line", seminários, palestras, treinamentos práticos e outros, que auxiliam o desenvolvimento de determinada competência.
Rede elétrica	Instalação elétrica onde são conectados os equipamentos de informática.
REDE INFOSEG	Sistema informatizado integrado cujo acesso ao Tribunal de Justiça permite consultar cadastro nacional criminal, cadastro nacional de armas, cadastro nacional de veículos e condutores, cadastro de pessoas físicas e jurídicas da Receita Federal.
Rede lógica	Rede onde são conectados os computadores para troca de informações.
Redistribuição	Determina por sorteio no sistema JUD, após assinaladas as devidas competências, para qual órgão julgador o feito originário ou recurso será novamente destinado. Pode ser na forma automática (livre distribuição) ou por prevenção.
Reembolso	Restituição dos valores de encargos previamente pagos pelo proprietário/detentor da posse do imóvel.
Referência bibliográfica	Conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.
Registro	Documento que apresenta resultados obtidos ou fornece evidências de atividades realizadas.
Registro de Aditamento	Instrumento para qualquer acréscimo ou correção de dados no registro de ocorrência.
Registro de ocorrência	Peça inicial de informação lavrada pela delegacia; no Rio de Janeiro equivale ao termo circunstanciado.
Reinicialização de senhas	Retornar a senha do usuário ao padrão, para que este possa recadastrá-la.
Relação de Carga Patrimonial	Listagem dos bens localizados em determinada unidade patrimonial, fornecida pela DIPAT aos agentes patrimoniais para subsidiar a transferência de responsabilidade e os inventários.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Relação de Feitos Distribuídos para Conferência	Listagem contendo os recursos ou feitos originários distribuídos, o respectivo órgão julgador para o qual foi distribuído, a forma da distribuição e o nome do Desembargador.
Relação de Saldo de Almoarifado (RSA)	Levantamento, informatizado, de quantidades existentes em estoque.
Relação Mensal de Identificação de Prestadores de Serviço	Planilhas encaminhadas ao DECAN, contendo a confirmação dos prestadores de serviços contratados pelo Tribunal de Justiça.
Relatório de Acompanhamento de Custos (RAC)	Emitido periodicamente, consolida o quadro de despesa correspondente ao funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos, em todas as Comarcas.
Relatório de Gestão Fiscal	Documento emitido pelos titulares dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, na esfera federal, estadual e municipal, publicado quadrimestralmente no Diário Oficial, contendo, entre outros itens, comparativo com os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesa total com pessoal, com tratamento distinto para distinguindo inativos e pensionistas.
Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) do PJERJ	Relatório que consolida a análise de dados e melhorias contínuas do PJERJ.
Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) Setorial	Relatório que consolida a análise de dados e melhorias contínuas de unidades organizacionais.
Relatório de Informações Gerenciais Extraordinário Externo	Relatório que consolida a análise de dados e melhorias contínuas do PJERJ, com o fim específico de atender a solicitações formuladas por entidades ou órgãos externos ao PJERJ.
Relatório de Informações Gerenciais Extraordinário Interno	Relatório que consolida a análise de dados e melhorias contínuas do PJERJ destinado ao atendimento de eventuais demandas internas do PJERJ.
Relatório de Pessoas para Presidência (RELPRES)	Sistema informatizado para controle das ocorrências de frequência, por lotação.
Relatório Dinâmico	Documento emitido a partir de filtragem, coleta e agrupamento de informações oriundas de sistemas de dados utilizados pelos diversos setores do PJERJ.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Relatório fixo	Documento onde são consolidadas as despesas correspondentes ao funcionamento dos órgãos jurisdicionais de 1º grau.
Relatório gerencial	Registro de informações concernentes à arrecadação, a movimentações bancárias e à apuração de resultado financeiro do FETJ.
Relatórios de prestação de contas das ações realizadas pelo Poder Judiciário	Instrumento de avaliação da execução de programas contidos no PPA, que permite detalhar as ações em sua periodicidade, quantificação, percentagem e regionalidade. Mensura a efetiva capacidade de execução da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.
Remessa	Ato de enviar expediente e/ou autos a destino previamente definido.
Remessa indevida	Encaminhamento de autos de processo, expedientes ou documentos diversos a destinatários diferentes daqueles para os quais deveriam ter sido remetidos.
Remetente	Unidade organizacional judicial ou administrativa que está postando a correspondência.
Repasse	Transferência de recursos financeiros entre órgãos da Administração Pública.
Representante da Administração Superior (RAS/RD)	1-Membro da unidade organizacional participante de escopo de certificação ISO 9001:2008, que detém responsabilidade e autoridade para representá-la na gestão da qualidade (RAS). 2-Membro da unidade organizacional que detém responsabilidade e autoridade para representá-la na gestão da qualidade (RD).
Representante Setorial da Administração Superior (RDS)	Membro de departamento ou unidade organizacional assemelhada, com a incumbência de consolidar as informações de gestão da qualidade na sua área de influência, a fim de auxiliar o RD.
Requisição	Pedido de resolução de problema, manutenção ou desenvolvimento passado ao Departamento de Sistemas de Informação (DESI), após triagem pelo Departamento de Relacionamento com o Usuário (DERUS).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Requisito profissional	Formação acadêmica e experiência profissional obrigatória ou recomendada para o desempenho em cada papel profissional.
Rerraticar	1. Ação de emendar parte do conteúdo de um ajuste, ao mesmo tempo em que confirma as partes não alteradas. 2. Ação de retificar em parte certidão, contrato, convênio ou ato negocial.
Responsável pela unidade	Servidor formalmente designado para o cargo de Diretor de Diretoria Geral, Diretor de Departamento, Diretor de Divisão e Secretário de Órgão Julgador - Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura, Câmaras Cíveis, Seção Criminal, Câmaras Criminais.
Restaurar	Reconstituição que se faz de autos de processos ou expedientes destruídos ou extraviados, quando não houver autos suplementares.
Restore	Restauração do ambiente e/ou dados armazenados por backup.
Retificar autuação	Proceder à alteração dos dados originariamente inseridos no sistema informatizado.
Reunião de Análise Crítica do SIGA	Atividade realizada para assegurar a contínua adequação, suficiência e eficácia do Sistema Integrado da Gestão da Qualidade.
Revisão crítica	Análise de situação peculiar, que exige solução não rotineira, ou quando o serviço executado não recebe a atestação da unidade organizacional.
Revisão de Documentos	Modificação de documento do Sistema Normativo Administrativo, para que permaneça conforme a nova realidade do processo de trabalho.
Revogar	Ato pelo qual a Administração encerra a competição pública por fato superveniente à sua instauração e por razões de interesse público, fundamentadas nos autos do respectivo processo.
RIOPREVIDÊNCIA	Fundo único de previdência social do Rio de Janeiro.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Rodar o sistema	Administrar Câmara ou Vara de modo a alcançar os objetivos estabelecidos, satisfazer os usuários, promover melhorias contínuas, manter custos compatíveis, operar, enfim, com eficiência e eficácia comprovadas mediante registros prontamente recuperáveis.
Roteiro	Instruções simplificadas de acesso aos Sistemas Corporativos.
Rotina Administrativa (RAD)	Documento que estabelece a forma de executar uma atividade ou processo de trabalho.
Run-time	Erro de comando de programação.
Sala Cofre	Ambiente físico adequado, refrigerado, seguro, protegido através de sistemas de controle e monitoração do ambiente, para proteger os computadores servidores e dados corporativos.
Sala de Acautelamento	Local destinado ao acautelamento de armas de fogo e objetos pertencentes a usuários, que ofereçam risco.
Scanner de raios X	Equipamento eletrônico que permite identificar objetos que possam gerar ocorrências delituosas e/ou colocar em risco a segurança dos usuários.
Secretário de órgão julgador	Responsável pelas atividades administrativas do órgão julgador.
SEED Registrada	Modalidade de postagem de correspondência qualificada, indicada para citações, intimações e processos para outros Estados da Federação, na qual o objeto é confiado ao serviço postal contra a emissão de registro de recebimento.
Segunda Instância	Grau de jurisdição do PJERJ responsável pelo julgamento de processos em grau de recurso e feitos originários, cuja competência lhe seja atribuída pela Constituição Estadual.
Seguro de acidentes pessoais	Contrato que garante indenização ao estudante em caso de acidente pessoal, quando em atividade decorrente de estágio.
Seleção de documentos	Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Selo de Fiscalização	Selo físico ou digital aposto no ato extrajudicial com o objetivo de possibilitar a efetiva fiscalização pela CGJ.
Serventia Auxiliar do Juízo	Unidade Organizacional gerenciada por um Escrivão, Responsável pelo Expediente, Diretor, Chefe de Serviço ou Encarregado, cuja finalidade é a prestação de serviço especializado ao Juízo e a prestação de serviço de apoio às serventias judiciais.
Serventia Judicial	Unidade Organizacional presidida por um Juiz de Direito e gerenciada por um Escrivão ou Responsável pelo Expediente cuja finalidade é a entrega da prestação jurisdicional.
Serventia judicial de origem	Serventia judicial de primeira instância que encaminha processos em fase de recurso às Câmaras Cíveis ou Criminais do Tribunal de Justiça. Após o julgamento, os autos retornam a essas serventias para a execução do julgado.
Serviço de Atendimento Remoto	Serviço de atendimento através de ferramentas específicas de gerência e monitoramento, acesso remoto e telefônico, com o objetivo de verificar e se possível solucionar o problema, sem a necessidade de comparecimento de técnico ao local.
Serviço de Encomenda Expressa – (SEDEX)	Modalidade de postagem de correspondência com garantia de entrega expressa.
Serviço de encomenda expressa (SEDEX)	Modalidade de postagem de correspondência com garantia de entrega expressa.
Serviço de Informações Processuais	Salas disponibilizadas para atendimento informatizado às pessoas que desejam informações processuais.
Serviço extrajudicial	Serviço exercido em caráter privado, por delegação do poder público, voltado para a prática de atos notariais e de registros (Constituição Federal, art. 236).
Serviço gráfico	Conjunto de atividades a serem realizadas, necessárias ao atendimento de solicitações de serviços ou de produtos gráficos. Para efeitos desta RAD, o serviço incluirá o respectivo produto gerado (apostilas, jornais, cartilhas, folders promocionais, informativos, sinalização visual etc.).



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Serviço gráfico extraordinário	Atividade de produção de material gráfico não-codificado e, em decorrência, com demanda de produção não-planejada, requerendo inclusão extraordinária no programa de produção.
Serviço gráfico ordinário	Atividade de produção de material gráfico codificado, com demanda de produção planejada, observando a variação de demanda.
Serviços prioritários	Serviços solicitados pela Administração Superior e que devam receber tratamento prioritário no programa de produção gráfica estabelecido.
Servidor	Funcionário do PJERJ com matrícula funcional, exercendo, ou não, função gratificada.
Servidor anti-spam	Computador onde está instalado software anti-spam.
Servidor antivírus	Computador onde está instalado software antivírus.
Servidor de aplicação	Equipamento que disponibiliza os recursos de software necessários à instalação, através da rede, em outros equipamentos.
Servidor de distribuição de softwares	Computador onde está instalado programa capaz de instalar softwares em um ou vários computadores através da rede.
Servidor readaptado	Servidor que no decorrer de sua vida tem redução da capacidade funcional, por doença ou deficiência física e ou mental.
Sessão do Órgão Especial	Reunião dos 25 Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com a observância do inciso XI do art. 93 da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº45/2004 e da Resolução nº16/2006 do Conselho Nacional de Justiça.
Sessão do Tribunal Pleno	Reunião de todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro destinada a eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os Vice-Presidentes e os membros do Órgão Especial. (Resolução nº16/2006 do Conselho Nacional de Justiça e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, art. 2º).

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 63 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sessão extraordinária	Aquela que se realiza em data não estipulada nos Regimentos Internos do Conselho da Magistratura e do Tribunal de Justiça, mediante convocação prévia pelo Presidente, para o julgamento de processos de interesse do PJERJ ou para deliberar sobre assuntos de ordem interna que reclamem solução imediata.
Sessão ordinária	Aquela cuja realização os Regimentos Internos do Conselho da Magistratura e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro prevêm para dias certos e determinados.
Sessão Solene do Tribunal Pleno	Reunião que se realiza mediante requerimento de 2/3 (dois terços) dos Desembargadores, no mínimo, para prestar homenagem a figura exponencial da magistratura ou das letras jurídicas, ou celebrar acontecimento de excepcional relevância para o PJERJ. (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Art.38, inciso II).
Setor Solicitante (SS)	Setor interno responsável por solicitar materiais e serviços.
Sigla-Sistema	Sigla do Sistema de Informação Referenciado.
SISCOM	Sistema informatizado, gerenciado pelo DETEL para cadastro e controle de entrada e saída de materiais e equipamentos.
SISLOGEM Sistema de Logística da EMERJ	Sistema informatizado utilizado na EMERJ para controle de licitações, compras de material e serviço, com avaliação de fornecedores.
Sistema	Conjunto de procedimentos informatizados, utilizado para lançamento e registro da data de recebimento dos autos nas serventias de origem.
Sistema Administrativo Fiscal (SAF)	Aplicativo do sistema informatizado, próprio do DEGAR, que opera com os
Sistema ARQGER	Sistema informatizado utilizado pelo Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR/DEGEA) para o gerenciamento do acervo arquivístico do PJERJ.
Sistema callcenter no módulo de solicitação de material (SM)	Sistema informatizado, gerenciado pela DGTEC, utilizado para solicitação de material em ambiente Intranet.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema da Central de Mandados (SCM)	Sistema informatizado de cadastro e controle de mandados da 1ª Instância.
Sistema da Ouvidoria (SOU)	Sistema informatizado para recepção e tratamento de manifestações.
Sistema da Revista de Direito	Sistema informatizado para cadastrar acórdãos, decisões monocráticas e artigos jurídicos selecionados para a elaboração da Revista de Direito do TJERJ.
Sistema Datamart Extrajudicial (DATAMART)	Sistema informatizado utilizado para extração de dados e relatórios extrajudiciais.
Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico de 2ª Instância (eJUD)	Sistema informatizado utilizado para o registro da distribuição e do processamento da segunda instância do PJERJ.
Sistema de Agendamento de Depósito Público (GDP)	Sistema informatizado disponibilizado na Intranet para o Agendamento de Depósito Público.
Sistema de Apoio à Central de Digitalização (SACDIG)	Sistema que permite aos usuários a validação, indexação e virtualização de documentos.
Sistema de apoio bibliográfico automatizado (SABIA)	Sistema informatizado utilizado para registros de dados bibliográficos.
Sistema de Arrecadação	Aplicativo do sistema informatizado, próprio do DEGAR, que opera com os dados da arrecadação do Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (FETJ).
Sistema de Cobrança	Aplicativo do sistema informatizado do PJERJ, empregado para o registro e o controle dos dados e informações inerentes às cobranças realizadas pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (FETJ).
Sistema de Coleta de Atos Cartorários (LINK "DO SELO AO ATO")	Sistema de Coleta de Atos Cartorários, alimentado pelos Serviços Extrajudiciais, com o resumo dos atos extrajudiciais praticados, e informação dos selos a serem cancelados.
Sistema de Comunicação Digital (SICODI)	Sistema informatizado utilizado para comunicação e certificação eletrônica com o TCE/RJ.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema de Contratos e Atos Negociais (SISCAN)	Sistema informatizado em uso pelo Departamento de Contratos e Atos Negociais da Diretoria Geral de Logística (DGLOG/DECAN) que controla os contratos, supervisiona a execução e fiscalização dos serviços visando sempre melhorias e ainda propõe medidas preventivas e corretivas para a execução desses contratos.
Sistema de Controle de Acesso (SCA)	Sistema informatizado utilizado para registro do acesso às instalações do Foro Central da Comarca da Capital.
Sistema de Controle de Ações Corretivas e Preventivas (SICOR)	Banco de Dados para registro e acompanhamento de ações corretivas e preventivas do PJERJ.
Sistema de Controle de Cursos ESAJ (SCC)	Sistema informatizado que objetiva controlar as ações de capacitação realizadas pela ESAJ.
Sistema de Controle de Equipamentos e Contratos (EQUIPAMENTOS)	Sistema informatizado, usado pela DGTEC para o cadastramento individual dos recursos computacionais utilizados pelo PJERJ, permitindo classificá-los e acompanhar sua vida útil até a baixa definitiva, além de registrar movimentações físicas e os contratos de aquisição e manutenção a eles referentes.
Sistema de Controle de GRERJ Administrativa (SIACONTGRERJ)	Sistema disponibilizado no site do PJERJ, utilizado por usuários devidamente cadastrados e que registra a utilização de GRERJ's Eletrônicas Administrativas para que, uma mesma GRERJ, não seja utilizada em atividades distintas dentro do PJERJ.
Sistema de Controle de Imóveis e Convênio - SISIMOV	Conjunto de procedimentos informatizados, utilizado para o registro e controle dos dados relativos às entidades, aos imóveis e aos convênios, constantes nos processos.
Sistema de Controle de Malote (SISCOMA)	Sistema informatizado de controle de malotes e rastreabilidade de documentos.
Sistema de Controle de Malote Digital	Sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas entre Tribunais e suas Unidades Organizacionais.
Sistema de Controle de materiais - SISMAT	Sistema informatizado adotado pela DGLOG, que executa o controle do saldo dos materiais em almoxarifados.
Sistema de Controle de Órgãos Fiscais (SISFISCAL)	Sistema que permite a consulta e o lançamento, pelos fiscais, dos dados dos contratos de sua competência.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema de Controle de Penas (SCP)	Sistema utilizado para distribuição e acompanhamento das penas na Vara de Execuções Penais.
Sistema de Controle e Execução do PAG	Planilha utilizada para controle e execução dos processos cujas despesas se encontram previstas no Plano de Ação Governamental.
Sistema de Controle patrimonial - SISPAT	Sistema informatizado que executa o controle físico dos bens patrimoniais por meio do registro de incorporações, movimentações e desincorporações.
Sistema de Distribuição e Acompanhamento Processual (DAP)	Sistema informatizado cuja finalidade é a de registrar o andamento de processos judiciais em Juizados Especiais.
Sistema de Distribuição e Controle Processual (DCP)	Sistema utilizado para distribuição e acompanhamento processual de primeira instância, também denominado Projeto Comarca.
Sistema de Documentos da 2ª Instância (SDSI)	Sistema informatizado utilizado para o lançamento do inteiro teor, decisões monocráticas e acórdãos de autos judiciais da segunda instância do PJERJ.
Sistema de Emissão de Certidão (SEC)	Sistema informatizado disponibilizado na Intranet para Emissão de Certidão.
Sistema de Estatística Extrajudicial (SEE)	Sistema informatizado utilizado para o registro e monitoramento de dados do Boletim Estatístico Extrajudicial (BEE); monitoramento do Livro Adicional Eletrônico e do Boletim Extrajudicial Eletrônico (BEEL), bem como extração dos relatórios competentes.
Sistema de Folha de Pagamento (MPS)	Fornecer informações sobre cadastro, lotação e folha de pagamento.
Sistema de Frequência de Estagiários	Sistema informatizado de controle de frequência de estagiários.
Sistema de Frequência de Funcionários (FREQWEB)	Sistema informatizado de lançamento de frequência dos funcionários do PJERJ.
Sistema de Gestão de Custos	Sistema responsável pelo controle das despesas efetuadas pelas unidades organizacionais do PJERJ.
Sistema de Gestão EMERJ - SGEMERJ	Sistema informatizado de lançamentos de receitas/despesas.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 67 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema de Gestão EMERJ- Controle de Pagamento (CONPAG)	Sistema informatizado de envio de boletos e controle de pagamentos dos alunos da EMERJ
Sistema de Gestão Fiscal - SIGFIS	Sistema de Gestão Fiscal gerido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ).
Sistema de Identificação Penitenciária (SIPEN)	Sistema informatizado desenvolvido e gerenciado pelo DETRAN-RJ, cujo acesso ao Tribunal de Justiça possibilita a requisição de presos de forma on line, junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).
Sistema de Informações Gerenciais - SIG	Espelha a base de dados do SIAFEM de forma mais amigável, com atualização diária, possibilitando consultas e a geração de relatórios personalizados. Gestor do sistema: Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro –SEFAZ.
Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG)	Ferramenta utilizada para inserção dos dados referente ao PPA, LDO, LOA, bem como a Movimentação Orçamentária.
Sistema de Licitações (SISLIC)	Sistema informatizado em uso pela DGLOG/DELFA e pela DGLOG/OJULI, que registra dados referentes a licitações, inclusive os que ocorrem no julgamento dos certames, para obtenção de relatórios e medições de tempo do ciclo licitatório, para fins de registro de atos nos procedimentos licitatórios e dos contratos formalizados.
Sistema de Modelos de Recolhimento (SMR)	Sistema informatizado utilizado para confeccionar os modelos eletrônicos de recolhimentos de custas, pré definidos e elaborados em concordância com as leis e atos normativos vigentes
Sistema de Movimentação Processual	Sistemas informatizados que registram o andamento de autos processuais no PJERJ. Exemplo: Sistema DCP, Sistema DAP, Sistema JUD e Sistema PROT.
Sistema de Movimentação Processual da 2ª Instância (e-JUD)	Sistema informatizado utilizado para o registro do processamento de autos judiciais eletrônicos da Segunda Instância do PJERJ.
Sistema de Movimentação Processual da 2ª Instância (JUD)	Sistema informatizado utilizado para o registro do processamento de autos judiciais da segunda instância do PJERJ.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 68 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema de Movimentação Processual da 2ª Instância (TACIV)	Sistema informatizado utilizado para registro do processamento de autos judiciais da segunda instância do extinto Tribunal de Alçada Cível.
Sistema de Movimentação Processual do Conselho da Magistratura (COM)	Sistema informatizado utilizado para o registro do processamento de autos e de documentos da Secretaria do Conselho da Magistratura.
Sistema de Pesquisa de Satisfação do Usuário - DGDIN (SIPDIN)	Sistema informatizado utilizado para o registro de pesquisas de satisfação do usuário e a emissão de relatórios gerenciais pertinentes.
Sistema de Protocolo Administrativo (PROT)	Sistema informatizado de protocolo, que registra o andamento de expedientes e de processos administrativos do PJERJ.
Sistema de Reembolso de Atos Gratuitos (SIRAG)	Sistema informatizado utilizado para o registro dos pedidos de reembolso dos atos previstos na Lei nº 3.001/98 e nos Provimentos nºs 05 e 33/04, bem como para gerar relatórios e ofícios de pagamento.
Sistema de Registro de Unidades do SIGA (SISGE) de Unidades do	Banco de dados para registro das unidades do SIGA.
Sistema de Requisição de Serviços - SISRS	Sistema informatizado utilizado pela Divisão de Instrução e Análise Contratual, da Diretoria Geral de Logística (DGLOG/DIANC), para cadastrar as Requisições de Serviços.
Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores	Sistema informatizado desenvolvido e gerenciado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), cujo acesso ao Poder Judiciário possibilita a inclusão e retirada de restrições judiciais em veículos automotores, em nível nacional e em tempo real.
Sistema de Serviços Administrativos (SAD)	Aplicativo do sistema informatizado para cadastramento da frequência dos servidores.
Sistema de Solicitação de Material (SM Online)	Sistema informatizado utilizado para solicitar materiais de consumo e permanentes.
Sistema de Transporte (SISTRANSP)	Sistema informatizado utilizado pelo Departamento de Transportes para registro de dados e gerenciamento.

Atualização : DGDIN

Data : 18/09/2014

Página : Pág. 69 de 79



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema do Conselho Recursal	Sistema informatizado cuja finalidade é a de registrar o andamento de processos judiciais nas Turmas Recursais Cíveis e Criminais.
Sistema e-JURIS	Sistema informatizado de gerenciamento de acervo jurisprudencial
Sistema EMERJ de Eventos (SIEM-Eventos)	Sistema informatizado que permite acesso a dados cadastrais dos magistrados. Através desse sistema é possível ter o controle de frequência dos juízes.
Sistema Estadual de Identificação (SEI)	Sistema informatizado desenvolvido e gerenciado pelo DETRAN-RJ, cujo acesso concedido ao Tribunal de Justiça possibilita a extração das Folhas de Antecedentes Criminais (FAC) junto ao Cadastro Criminal da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG).
Sistema Histórico de Juízes (JUI)	Sistema informatizado de cadastramento de juízes de paz.
Sistema Histórico de Magistrados (SHM)	Aplicativo do sistema informatizado para o cadastramento de provimentos, designações e afastamentos dos magistrados.
Sistema Histórico de Serventias (SHS)	Aplicativo do sistema informatizado para cadastramento e controle de dados de Serventias.
Sistema Histórico Funcional (SHF)	Aplicativo do sistema informatizado para cadastramento e controle de assentamentos dos servidores.
Sistema informatizado	Sistema onde são registradas todas as informações referentes aos equipamentos de informática e as solicitações efetuadas pelos funcionários do PJERJ.
Sistema Integrado da EMERJ (SIEM)	Sistema informatizado utilizado na EMERJ para controle de suas atividades
Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM)	O Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM é o instrumento de execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade do Estado do Rio de Janeiro.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema Integrado de Controle de Solicitações (SICS)	Sistema informatizado cuja finalidade é o registro de Solitações de Serviços (SS) demandadas por usuários internos e externos do TJERJ, bem como encaminhamento dessas solicitações para os devidos órgãos solucionadores, distribuídos entre as diversas Diretorias Gerais do TJERJ, que mediante a abertura de uma Ordem de Serviço (OS) no sistema atenderão as mesmas.
Sistema Integrado de Gestão (SIGA)	Conjunto de elementos inter-relacionados, com o fim de organizar a gestão das unidades organizacionais do PJERJ, mediante o estabelecimento e a implementação de políticas, estratégias, objetivos e indicadores de desempenho.
Sistema Integrado de Gestão e Administração Financeira (SIGAF)	Sistema informatizado utilizado para controle de estoque, movimentação e situação patrimonial dos bens permanentes do PJERJ.
Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (SIGO)	Sistema responsável pela produção dos Livros do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Anual - LOA, além do Classificador de Codificações Orçamentárias.
Sistema JURIS	Sistema informatizado de gerenciamento de acervo jurisprudencial.
Sistema Kentatech	Sistema de gravação audiovisual de audiências, depoimentos e interrogatório.
Sistema MUSEU	Sistema informatizado utilizado pelo Departamento de Gestão da Memória do Judiciário da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/DEGEM) para gerenciamento do acervo arquivístico do PJERJ.
Sistema não-corporativo	Aplicativos ou programas não desenvolvidos especificamente para o PJERJ.
Sistema Orçamento e Finanças (SOF)	Sistema responsável pelo controle de todas as despesas efetuadas pelo PJERJ. Tais despesas são registradas em único sistema, onde cada departamento envolvido terá de alimentá-lo apenas com seus dados específicos, nos campos apropriados. Todas as despesas realizadas ou anuladas são ali informadas.
Sistema PAG	Sistema informatizado, em fase de execução, utilizado para o controle e o acompanhamento da execução financeira de processos relativos ao PAG.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sistema PROGER	Sistema utilizado para protocolizar petições e documentos destinados às serventias judiciais de primeira instância.
Sistema Protocolo Administrativo Eletrônico Sistema Protocolo Administrativo Eletrônico (e-PROT)	Sistema informatizado de protocolo, que registra o andamento de expedientes e de processos administrativos no PJERJ e a sua movimentação.
Sistema SIRAG	Sistema informatizado utilizado para o registro das solicitações de reembolso dos atos gratuitos de registros de nascimento e óbito, bem como para gerar ofícios de pagamento.
Sistema SISPAG	Sistema de pagamento do Banco Itaú.
Sistema SISTCADPRES	Sistema utilizado para cadastro presencial de usuários que desejem acesso ao processo eletrônico, processo em segredo de justiça e audiência audio visual.
Sistema SISTUSU	Base de dados contendo informações sobre usuários dos sistemas do PJERJ.
Sistema SPEDOADM	Sistema informatizado para gerar, editar e publicar o Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ).
Sistema SPEDONET	Sistema Informatizado para realizar o envio eletrônico de matérias para publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ)
Sistema UNIV	Sistema informatizado de controle de estagiários.
Sistema de Gestão de Pessoas (GPES)	Aplicativo do sistema informatizado para cadastramento e controle de assentamento de servidores.
Sistemas Corporativos	Sistemas desenvolvidos pela equipe da DGTEC.
Sistemas de terceiros	Sistemas desenvolvidos fora do ambiente de desenvolvimento do Departamento de Sistemas de Informação (DESI).
Software	1. Qualquer programa (sistema operacional ou aplicativos) utilizado nos equipamentos de informática do PJERJ. 2. Componente lógico dos equipamentos de informática.
Software anti-spam	Programa de computador capaz de identificar e bloquear mensagens indesejadas.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Software antivírus	Programa de computador capaz de identificar, remover e prevenir a instalação de programas maliciosos.
Solicitação de Serviço (SS)	Documento criado no Sistema Integrado de Controle de Solicitações (SICS), numerado automaticamente, que pode ser impresso e que contém todas as informações referente a cada pedido ou demanda dos usuários internos e externos do TJERJ.
Solicitação de Serviço (SS) - SICS	Documento criado no Sistema Integrado de Controle de Solicitações (SICS), numerado automaticamente, que pode ser impresso e que contém todas as informações para que possa realizar o serviço.
Solução proprietária	Nome atribuído a todo mecanismo apresentado pelo fabricante de software, que oferece solução para determinada questão em software de sua fabricação.
Sourcesafe	Software utilizado para armazenar e controlar o trabalho em grupo, em projetos de desenvolvimento de sistemas.
Status	Estado do circuito.
Subprojeto	Representa alvo concreto das unidades para um determinado período. Para cada subprojeto formulado são estabelecidas metas, indicadores e prazos para consecução.
Substabelecimento com reserva	Ato de transferência de um advogado para outro dos poderes de representar que lhe foram outorgados, reservando para si os mesmos poderes.
Substabelecimento sem reserva	Ato de transferência de um advogado para outro dos poderes de representar que lhe foram outorgados, sem reservá-los igualmente para si.
Substituto em órgão julgador	Servidor que responde eventualmente pela secretaria, na ausência do secretário e do assistente, conforme designação do secretário.
Subunidade Patrimonial	Subdivisão, no sistema de controle patrimonial, de unidade patrimonial que ocupe mais de um ambiente ou que possua uma quantidade excessiva de bens, com a finalidade de permitir que a responsabilidade pelos bens dessa unidade seja atribuída a mais de um Agente Patrimonial Delegado ou Temporário.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Sumário	Apresentação das divisões do trabalho, na mesma ordem em que se sucedem no corpo do texto, seguidas da respectiva paginação.
Súmula de Jurisprudência	Conjunto de enunciados traduzidos em forma de verbetes sintéticos e numerados, que sintetizam a jurisprudência dominante de um Tribunal.
Supervisor de portaria	Pessoa formalmente designada para responder pelas atividades operacionais do controle de acesso a instalações.
Suporte	Meio físico no qual a informação é registrada (papel, eletrônico, CD, disquete etc).
Tabela de eventos	Relação de eventos que apresenta os roteiros contábeis utilizados para o registro, no SIAFEM, dos atos e fatos administrativos.
Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) do PJERJ	Instrumento técnico de destinação de documentos, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, o recolhimento, o descarte ou a eliminação de documentos.
Tablespace	Organização lógica dos objetos de banco de dados, organizados em arquivos físicos do sistema operacional.
Taxa Judiciária	Valor incidente sobre os serviços decorrentes da atuação de magistrados e membros do Ministério Público em qualquer procedimento judicial. É devida, conforme o caso, por aqueles que recorrem à Justiça Estadual, perante qualquer juízo ou tribunal, ou pelo interessado na prática do ato.
Termo Circunstanciado (TC)	Denominação atribuída ao registro de ocorrência gerado pela delegacia policial.
Termo de Aceitação	1. Termo por meio do qual o donatário aceita bens de informática em doação. 2. Declaração em que a instituição donatária compromete-se a retirar do PJERJ os equipamentos vistoriados.
Termo de Compromisso	Documento comprobatório de estágio e da inexistência de vínculo empregatício com o PJERJ.
Termo de Conferência	Documento no qual os agentes, quando da realização de inventário, atestam a verificação física e o estado de conservação dos bens e justificam as eventuais diferenças encontradas.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Termo de Convênio	Instrumento jurídico celebrado entre a Instituição de Ensino e o PJERJ, visando à satisfação de interesses comuns.
Termo de Devolução	Documento emitido pelo Órgão Gestor, o qual formaliza a devolução do bem permanente cedido para uso individual do servidor, em razão da necessidade de serviço.
Termo de Disponibilidade	Declaração, de iniciativa do órgão gestor, que relaciona bens disponíveis, classifica, informa, dá a localização e o motivo da disponibilidade.
Termo de Distribuição	Documento eletrônico gerado após a distribuição ou redistribuição do feito ou recurso cível (eletrônicos), contendo a forma de distribuição/redistribuição, o órgão julgador, o relator, e a informação de encaminhamento do feito.
Termo de Doação	Documento que registra a doação de bens, firmado entre o PJERJ e a Instituição donatária.
Termo de Entrega e Recebimento	Documento que regulariza a ocupação pelo PJERJ de imóveis do Estado.
Termo de Permissão de Uso	Instrumento de formalização da permissão de uso.
Termo de permissão de uso ou de cessão de uso	Instrumento que formaliza a ocupação de espaços cedidos pelo PJERJ a terceiros, de forma gratuita ou onerosa.
Termo de posse de Juiz de Paz	Documento de investidura no cargo de Juiz de Paz, firmado pelo Juiz de Direito responsável pelo Registro Civil de Pessoas Naturais da circunscrição ou distrito das comarcas.
Termo de recebimento, registro e autuação	Documento hábil à compilação e ao registro dos dados da autuação.
Termo de Referência (TR)	Documento específico para as contratações advindas da modalidade pregão. Deve conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, com nível de precisão adequado para caracterizar a compra ou o serviço a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual (Lei Federal nº 10.520/02, art. 3º).
Termo de Responsabilidade	Documento emitido para controle patrimonial.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Termo de Responsabilidade Patrimonial	Documento mediante o qual o Agente Patrimonial Delegado ou Temporário assume a responsabilidade imediata pelos bens permanentes de determinada unidade patrimonial(Ato normativo TJ 16, de 09/11/2006).
Termo de retirada de equipamentos	Documento que comprova a retirada de equipamentos por parte do donatário.
Termo de Revelia	Instrumento de cobrança expedido em decorrência do não pagamento de valor inscrito em autos de infração, monetariamente corrigido e acrescido de juros de mora e multa.
Termo de Transferência	Documento emitido pelo Sistema de Controle de Equipamentos e Contratos (EQUIPAMENTOS) para registro da movimentação de equipamentos.
Termo de Transferência de Carga Patrimonial	Documento que formaliza a movimentação do bem (Resolução TJ/OE/RJ 24/2012 de 30/07/2012).
Termo de Vistoria (Patrimonial)	Documento emitido por Comissão de Vistoria com parecer conclusivo dos bens em disponibilidade, estabelecendo a classificação definitiva conforme previsto (Resolução TJ/OE/RJ 24/2012 de 30/07/2012).
Tesouro	Repositório de palavras-chave, com seus sinônimos, antônimos e expressões relacionadas.
Tesouro estadual	Órgão pagador do Estado do RJ, vinculado à Secretaria de Estado de Finanças do Rio de Janeiro (SEF).
Tomada de contas	Ação desempenhada pelo Departamento de Acompanhamento da Gestão da Diretoria Geral de Controle Interno (DGCOI/DEAGE), para apurar a responsabilidade de quem deixou de prestar contas ou deu causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar dano ao erário, devidamente quantificado.
Tombo	Número de registro não informatizado do processo, na primeira Instância.
Transferir	Passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário.
Triagem	Separar expedientes de acordo com seus destinatários.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Tuning	Ajuste visando à melhoria de resultados.
Tutela antecipada	Medida reversível por meio da qual o juiz reconhece o direito alegado, caso se convença de sua verossimilhança e presentes os requisitos legais (CPC, art. 273).
Unidade Administrativa de Contratos	Unidade da DGLOG ou da DGENG responsável pelo cumprimento dos atos administrativos e por apoiar e orientar as unidades demandantes e a DGTEC no que se refere aos aspectos administrativos da contratação.
Unidade de arquivamento	Menor conjunto de documentos reunidos de acordo com critério preestabelecido, que pode denominar-se caixa-arquivo, dossiê, maço, pasta etc.
Unidade Demandante (UD)	Unidade que solicita a contratação e que detém o conhecimento administrativo do objeto (serviço, obra ou compra).
Unidade Especialista (UE)	Unidade que detém conhecimento técnico sobre o objeto a ser contratado, capaz de contribuir com a unidade demandante no estabelecimento dos requisitos que devem integrar o respectivo documento de referência e durante a execução do contrato.
Unidade Gestora (UG)	Unidade Orçamentária ou Administrativa investida do poder de gerir recursos e realizar atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à tomada de contas anual, na conformidade do disposto nos artigos 81 e 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
Unidade Orçamentária (UO)	Agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou poder para os quais estão consignadas dotações próprias.
Unidade Patrimonial	Unidade organizacional individualizada no sistema de controle de bens por código próprio de carga patrimonial.
Unidade usuária	Unidade organizacional diretamente interessada na contratação de bem ou serviço.
Unidades Executoras e Judiciárias da Administração Superior	Unidades organizacionais pertencentes ao nível mais alto da estrutura organizacional do PJERJ e que dispõem de estrutura administrativa permanente com atribuições de propor sugestões, executar e acompanhar a gestão estratégica e operacional estabelecida para cada período.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Unidades Organizacionais (UO)	Unidade jurisdicional ou administrativa da estrutura organizacional do PJERJ.
Upgrade	Atualizar, modernizar, tornar um sistema mais poderoso ou mais atualizado, adicionando-lhe recursos.
Usuário	Pessoa, jurídica ou física, que faça uso dos serviços administrativos ou jurisdicionais do PJERJ.
Usuário-gestor	Pessoa responsável por gerir o projeto na área usuária e fornecer informações e recursos necessários a seu desenvolvimento e implantação.
Vacância	Cargo Vago
Validação	Ato administrativo pelo qual o indexador confere a fidedigna correspondência entre as peças digitalizadas e físicas.
Validar	Comprovar, mediante chancela e fornecimento de evidência objetiva, que foram atendidos os requisitos para aplicação ou uso específico pretendido pela Administração.
Valor administrativo	Valor atribuído a documentos em face de conteúdo pertinente à política e aos procedimentos adotados pela unidade organizacional no desempenho de suas funções.
Valor fiscal	Valor atribuído a documentos em face de conteúdo pertinente a controles orçamentário, tributário e contábil.
Valor legal	Valor atribuído a documento tendente a comprovar direitos (Ex: autos de processo).
Valores	Crenças essenciais e princípios que estabelecem os parâmetros éticos e morais sobre os quais o PJERJ forma a sua cultura.
Variabilidade	Grau de variação ou de dispersão de resultados de um processo de trabalho em torno da sua média, quando se observa qualquer uma de suas características de interesse.
Vincular protocolo	Unificar números de um mesmo documento, que tenha sido protocolizado nos antigos sistemas T-PROT, C-PROT ou PROT-GP.



GLOSSÁRIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

TERMO	DEFINIÇÃO
Virtualização	Ato por meio do qual os arquivos, após a digitalização, passam a integrar a base de dados dos sistemas de movimentação processual do Tribunal de Justiça, tornando-se autos virtuais de processos.
Visão de futuro (visão)	Ideário da organização, que permite a identificação de necessidades de mudança, oportunidades, restrições e ameaças, direcionando esforços para o propósito a ser atingido.
Visto	Ratificação, por parte do gestor, de que houve execução total ou parcial do contrato, aposta no verso da primeira via do documento fiscal ou de outro documento comprobatório da respectiva execução.
Vistoria	Verificação, mediante visita ao local, de possíveis pendências no atendimento a ordem de serviço.
Vocabulário controlado	Relação de termos, apresentados em ordem alfabética, utilizados com vistas à uniformidade de armazenagem de informações, bem como à facilidade de recuperação.
Vogal	Desembargador que participa do julgamento como terceiro votante.
Volume	1. Unidade física dos autos de um processo, contendo, no máximo, 200 folhas, ressalvados os casos previstos no art.195 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça. 2. Objeto com características e dimensões que recomendam sua verificação.
WEB	Recurso ou serviço oferecido na Internet (rede mundial de computador), e que consiste num sistema distribuído de acesso a informações, as quais são apresentadas na forma de hipertexto, com elos entre documentos e outros objetos(menus e índices), localizados em pontos diversos da rede.
Word	Ferramenta do Microsoft Office, utilizada na elaboração de textos.